



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO IX - N.º 89 - SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 1964 - REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 - S/2

PORTUGUESES DA AMERICA ENVIAM MEMORIAL À ONU



Prof. Ruy Luis Gomes, primeiro signatário do Memorial dirigido à ONU pelos democratas portugueses da America.

As organizações democráticas portuguesas existentes em vários países americanos enviaram à ONU, no passado dia 1 de Dezembro, o memorial que abaixo publicamos. O documento foi encaminhado ao secretário geral do organismo, sr. U Thant, acompanhado da seguinte carta da Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa:

"Excelência:

Mais uma vez o problema do colonialismo português figura entre os que serão debatidos pela Assembléa Geral das Nações Unidas. A persistente recusa do governo de Lisboa em reconhecer o direito à autodeterminação e à independência das colónias que mantem em África não exprime, entretanto, a posição do povo português em relação ao problema. É nesse sentido que os democratas portugueses da America, dentro do mesmo espirito que os levou a dirigirem-se, em 25 de novembro do ano transacto, à XVIII Assembléa das Nações Unidas, entendem ser indispensável reafirmar a sua atitude em face de um problema que põe em causa os interesses e a dignidade do povo de Portugal.

Assim, é em nome das organizações democráticas portuguesas de um Continente onde vivem mais de dois milhões de emigrantes portugueses que temos a honra de dirigir à XIX Assembléa Geral, por intermédio de V. Exa., o memorial anexo.

Com os nossos votos de exito para os trabalhos da Assembléa, na esperança de que contribuam para o progresso da Humanidade e a defesa da Paz, apresentamos a V. Exa., com os nossos cumprimentos, os protestos da nossa elevada consideração".

TEXTO DO MEMORIAL

I — Submetido há 38 anos a uma ditadura fascista que o priva do exercicio dos direitos e liberdades fundamentais constantes da Declaração Universal dos Direitos do Homem inscrito na Carta das Nações Unidas,

o povo português continua impedido de manifestar nas Assembléas internacionais o seu repudio pela politica de genocidio colonial praticada pelo governo de Lisboa. Os recentes julgamentos dos oficiais que na Guiné dita Portuguesa se recusaram a participar do massacre das populações, o numero crescente de deserções nas unidades militares, as manifestações contra os embarques de tropas para a Africa e os múltiplos actos de insubordinação registrados nos quartéis de Portugal e de Angola são outras tantas provas de que o povo português repele, como contrária aos seus interesses e aos mais elementares principios de humanidade, a politica colonialista que o Governo português pretende apresentar internacionalmente como expressão da vontade nacional.

II — A farsa a que o Governo português se entregou em Outubro e Novembro de 1963, realizando conversações, sob a égide da O.N.U., com os representantes de 32 Estados africanos, apenas para "ganhar tempo", veio dissipar as ultimas dúvidas de que a ditadura portuguesa se nega a admitir qualquer alteração no status colonial que ela própria impõe pela força das armas. O malogro da missão do sr. Godfrey Annachree, secretário adjunto da O.N.U., enviado a Lisboa para discutir o assunto com o Governo Português, não fez senão confirmar essa intransigência.

III — Com o início, nos primeiros dias de Outubro, do levante armado dos nacionalistas moçambicanos, as forças militares do governo português principiaram a executar de modo sistemático, em vastas áreas do Norte de Moçambique, uma politica de "terra queimada", destruindo aldeias inteiras e massacrando as respectivas populações. Repetem-se assim os actos de genocidio verificados em Angola em 1961, contando-se já por milhares os moçambicanos que se refugiaram em Tanzania. A guerra colonial deflagrada pelo fascismo português, em desafio frontal à consciencia univer-

sal e à resoluções e apêlos dos mais altos organismos internacionais, trava-se agora, portanto em três frentes, envolvendo o destino de doze milhões de africanos e nove milhões de portugueses, constituindo-se em ameaça serissima à Paz Mundial.

IV — Os signatários, integrados na Frente Patriótica de Libertação Nacional movimento unitario da Oposição Democratica Portuguesa que engloba as mais diversas correntes politicas — apoiam as Resoluções do Conselho de Segurança de 31 de Julho e de 12 de Dezembro de 1963 que condenaram o colonialismo português e pediram a autodeterminação e a independência dos territórios administrados por Portugal em Africa.

V — Em face do exposto, submetem à atenção da XIX sessão da Assembléa Geral as seguintes sugestões:

a) Que a Assembléa Geral adopte os meios práticos necessários para que sejam cumpridas pelo Governo português as Resoluções do Conselho de Segurança acima citadas;

b) Que a Assembléa Geral condene os actos de genocidio cometidos na colónia de Moçambique e tome as providências adequadas à cessação das violências repressivas em curso;

c) Que a Assembléa Geral, como primeiro passo para o restabelecimento da paz em Angola, na Guiné dita portuguesa e em Moçambique, exija do Governo de Lisboa a imediata retirada dos Exércitos que ali mantem e que constitue hoje, conforme o proclamam as próprias autoridades colonialistas, a maior força militar existente no Continente Africano, com efectivos superiores a 100.000 homens.

BRASIL

Prof. Ruy Luis Gomes, ex-candidato à Presidencia da Republica e membro permanente da Conferencia da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Pelo Jornal "Portugal Democrático": Antonio Bidarra Fonseca, Augusto Aragão, Joaquim Barradas de Carvalho, Miguel Urbano Rodrigues, Victor Ramos e Manuel Sertório, membro permanente da Conferencia da FPLN.

Pela Unidade Democrática Portuguesa: Alexandre Pereira, Francisco Vidal, Joaquim Quitério, José Bodas, Alfredo Masson, Helder Costa, Carlos Assunção Neves, Lenine Alexandre, Francisco Sarmento Pimentel, Manuel Moura, Manuel Soares, Armando de Azevedo, Joaquim José, Manuel Rodrigues da Silva, Mario Fernandes, Joaquim Figueiredo, M. Tavares, Humberto Silva, João Cosme, José Fonseca Martins, Herlander Gomes e Julio Pereira.

Pelo Centro Republicano Português: Antonio Ricca Gonçalves, João Sarmento Pimentel, Armando de Castro, Fernando Ramos, Joaquim Duarte Baptista, Manuel Rocheta, Abilio Rodrigues e José Rodrigues Portela.

Pelo Grupo dos Portugueses Democratas de Recife: Prof. José Morgado, Angelo Ferreira da Silva e Manuel Luis Fernandes.

Pela União das Mulheres Portuguesas: Maria Archer, Eulalia Nunes da Silva, Maria Fernandes, Maria Irolinda e Maria Isabel.

URUGUAI

Pela Junta Patriótica Portuguesa do Uruguai: Joaquim Aires, Bernardino Marques do Vale, João de Oliveira Branco, Antonio Silva, Luis Panasco, Aurelio Branco Martins e Joaquim Lopes Mendes.

Pela União das Mulheres Portuguesas do Uruguai: Luisa Gonçalves, Julia Bastos, Alzira Vasques, Lila da Rosa e Maria Luisa da Silva Neves.

Por Portugal em Sud America: Manuel Valadas, José Castro, Irma Correia, Joaquim Duarte Silva, Ana Domingues e Dionisio Fastio.

Significado de Uma Iniciativa

As organizações democráticas portuguesas existentes no Continente Americano acabam de tomar novas iniciativas conjuntas, dirigindo à XIX Assembléa Geral das Nações Unidas e à Comissão dos Direitos do Homem, dois documentos que publicamos neste numero do nosso jornal. No memorial enviado à ONU sugere-se que a Assembléa Geral tome as providências cabíveis para que a Paz seja restabelecida nas colónias portuguesas, exigindo, como primeira medida, a imediata retirada das forças militares de ocupação ali mantidas pelo Governo fascista de Lisboa. Na exposição endereçada à Comissão dos Direitos do Homem, os signatários denunciam o agravamento da repressão em Portugal e chama a atenção para o perigo que neste momento ameaça dezenas de presos politicos de serem deportados para os Açores, onde Salazar pretende criar novo campo de concentração.

Os democratas portugueses que assumiram essa responsabilidade não alimentam, evidentemente, a ilusão de que as suas sugestões à ONU possam conseguir aquilo que as próprias Resoluções do Conselho de Segurança não lograram obter. Ambas as iniciativas são, apesar disso, correctas e oportunas. Mais de uma centena de delegações à Assembléa Geral tomarão, graças a elas, conhecimento da posição da emigração democratica portuguesa na America e também de aspectos de problemas para nós fundamentais e que muitas vezes são totalmente ignorados dos participantes do conclave.

Sabemos perfeitamente que o fascismo não será derrubado

com papeis. Mas a verdade é que prestaríamos um pessimo serviço à causa pela qual todos lutamos se, quando surge a oportunidade de uma iniciativa semelhante, renunciássemos a ela. É justamente através da sua capacidade para levar a cabo todas as tarefas, tanto as pequenas como as grandes, as legais como as ilegais, que as forças democráticas se mostram à altura do papel histórico que lhes cabe.

No caso particular dos documentos enviados à Assembléa da ONU e à Comissão dos Direitos do Homem merece referencia especial o facto de ser a terceira vez que as organizações democraticas portuguesas do Continente americano se associam para transmitir a entidades internacionais um ponto de vista comum. A circunstancia de essas organizações se encontrarem espalhadas por meia duzia de países, com membros em dezenas de cidades, não impediu que se estabelecessem rapidamente os contactos necessários e que se chegasse a acordo em torno das posições unitárias a expor. É evidente que sem uma sólida unidade e sem uma organização correspondente não teria sido possivel atingir-se um tal resultado. O exito obtido constitui assim a demonstração cabal de que a emigração democratica, consciente do papel que lhe é atribuido pela Frente Patriótica de Libertação Nacional, está cada vez mais preparada para cumprir as suas tarefas especificas na luta pelo derrubamento do fascismo.

**PORTUGAL
DEMOCRATICO**

(Continua na pág. 6)

APÊLO VINDO DAS CADEIAS

O apêlo que a seguir reproduzimos, saído clandestinamente do forte de Caxias, circula presentemente em várias nações da Europa e da America.

"Nós, prisioneiros nas cadeias políticas portuguesas, vítimas de sentenças injustas e sujeitos a um regime humilhante e desumano — hoje geralmente condenado — apelamos para todas as nações civilizadas para que levantem os nossos problemas em todas as organizações e tribunais internacionais.

Pedimos que comissões internacionais sejam enviadas ao nosso país para examinar as acusações de que fomos alvo, as sentenças a que fomos condenados e as prisões onde jazemos. Pedimos que de acordo com a Carta dos Direitos do Homem elas peçam para que os princípios nela inscritos sejam respeitados pelo governo do ditador fascista Salazar.

Aproveitamos a oportunidade de mandar este documento para fora da cadeia, para dar um resumo do relato que ajudará quem quer que nos visite a fazer uma observação pormenorizada das condições em que vivemos. Ainda paira sobre nós a amarga recordação do modo como Lord Russell de Liverpool interpretou o que viu e ouviu aqui, e tentou transformar uma boa causa numa "má causa".

A POLÍCIA POLITICA

A polícia política (PIDE) prende qualquer pessoa que se rebelde contra a lei fascista, demonstrando opiniões contrárias ao governo e agindo de acordo com essas opiniões.

Os "crimes" de que todos os presos políticos portugueses são acusados, são crimes apenas em Portugal e em Espanha. Noutros países da Europa constituem mero desempenho dos direitos de qualquer cidadão.

A PIDE, que tem autonomia total e está equipada com o melhor material e o mais atualizado para a repressão, conta com perto de 5.000 informadores só em Lisboa, além dos seus membros oficiais. Cerca de 1.000 pessoas são presas anualmente pela PIDE e o seu destino é sempre incerto.

As pessoas são presas, sem qualquer mandato legal, nas suas casas ou nos empregos e trazidas à força para o quartel general da PIDE e dali para as prisões.

A PRISÃO DO ALJUBE

Em Lisboa os presos são mandados para o Aljube, um edifício velho e insalubre do século XVIII. No segundo andar há nove celas individuais e 7 duplas e uma cela especial para castigo. As celas individuais são de 2 metros por 1,20 com portas duplas, (não têm janelas). A porta exterior de madeira leva a um corredor e tem uma abertura quadrada de 25 cm de largura, único acesso à luz do dia, que entra através das janelas do corredor. A porta interior é feita de madeira com barras de ferro na parte de cima.

A abertura na porta exterior fica fechada praticamente toda a manhã e é durante esse tempo que os prisioneiros um por um, vão às instalações sanitárias. Não têm assim autorização para se verem uns aos outros. Há uma obscuridade permanente ou escuridão total nas celas. A noite é acesa uma pequena lâmpada sobre a porta externa.

No intervalo de 52 cm entre as duas portas há uma pequena prateleira onde estão todos os objetos tirados aos presos à sua chegada: cinto, atacadores dos sapatos, gravata, caneta, lápis, relógio, óculos, etc.

Estas celas são normalmente conhecidas como "curros" ou "gavetas". Dentro da cela, que é muito suja, há também uma prateleira, um pote, uma enxerga com um colchão de palha negra e três cobertores imundos. Não há papel higiénico nas retretes. Não há almofadas nem lençóis.

Normalmente os presos são conservados dentro destas celas durante as fases mais graves do interrogatório, que pode durar seis meses, e são depois enviados para as prisões nos outros três andares do edifício.

O INTERROGATÓRIO: AS PERGUNTAS

Os interrogatórios têm lugar no quartel general da PIDE, no centro de Lisboa, em salas de quase 8 metros por 5, no alto do edifício. As paredes de cal vazias e têm duas cavilhas. Há uma janela de guilhotina coberta de rede metálica e abrindo para um pátio interior. Há um pequeno ôlha na porta. A mobília consiste numa mesa e em duas cadeiras.

Como os presos políticos vêm de todas as camadas da população (operários, camponeses e lavradores, em-

pregados de escritório, profissionais e intelectuais, velhos políticos liberais) as táticas usadas pela PIDE são variadas. As mais conhecidas são a privação de sono e os espancamentos (com socos, pontapés, pauladas, etc.).

Primeiro, os presos são obrigados a permanecer acordados, pelos agentes que se revezam de 4 em 4 horas. É normal 4 ou 5 dias desta tortura. No fim dão uma cama ao preso, deixam-no dormir algumas horas e interrogam-no de novo.

No caso de presos considerados mais responsáveis, não lhes é dada cama e a tortura continua até produzir a exaustão física e mental. O período mais longo é de treze dias consecutivos sem dormir, com sessões intermitentes de espancamento. Os estímulos aplicados para conservar o prisioneiro acordado tornam-se mais fortes conforme o tempo passa.

Durante estes períodos o preso só pode lavar o rosto e as mãos. Não pode barbear-se ou mudar de roupa. É indescritível o estado de miséria mental e física que o prisioneiro atinge.

Toda esta ação visa a esmagar a dignidade humana e completa-se com insultos à honra de cada um, calúnias, chantagem, ameaças de represálias contra as pessoas de família, etc. Nenhum preso tem direito a advogado durante os seis primeiros meses.

A lei permite à PIDE conservar um preso na cadeia durante 6 meses para inquérito. No fim deste período ou é libertado ou enviado para um tribunal especial de julgamentos políticos.

A PRISÃO DE CAXIAS

O prisioneiro aguarda o julgamento no forte de Caxias, durante seis meses ou mais. Mas aguardar por períodos de um ano ou até mais de dois anos é perfeitamente comum, como sucede no caso de Beja.

O velho forte de Caxias, próximo de Lisboa, tem igualmente acomodações para presos na primeira fase do interrogatório, quando o Aljube está lotado. As celas para esses presos são no bastião norte à retaguarda. São de 2 metros por 1,5 e subterrâneas, escavadas como cavernas. Não há janelas, a luz elétrica está permanentemente acesa, a ventilação faz-se através de um tubo que vai do teto à superfície da terra, 9 metros acima.

Nestas celas os presos dormem e tomam refeições. Ao lado há um anexo de 2 m por 1,5 com um toilette, uma bacia e um chuveiro frio. O anexo está separado da cela por uma porta tosca, com 90 cm de altura e 61 cm acima do solo.

Há sete destas celas e em cada uma delas há por vezes 15 presos. No inverno a água escorre pelas paredes fazendo poças no chão.

O corpo principal do bastião norte tem nos dois níveis um total de 22 celas, cada uma delas com capacidade para 7 pessoas, mas contendo com frequência 14 ou 15. São de construção mais recente do que as anteriores, mas a humidade corre pelas paredes externas. Essas celas recebem alguns melhoramentos e são mostradas aos visitantes.

Alguns presos, no último período do interrogatório têm direito a um recreio. Andam durante 40 minutos no espaço entre duas trincheiras de terra, rodeadas de arame farpado e vigiadas por guardas com metralhadoras.

No bastião sul do forte está o maior número de prisioneiros. Quando esta mensagem foi escrita havia 200 homens e aproximadamente 20 mulheres mas são com frequência 300 ou mais. Alguns dos presos aguardam julgamento, outros cumprem sentenças.

Neste bastião há três tipos de celas. Primeiro, celas de 2,5 metros por 11,5 incluindo banheiros primitivos com 15 prisioneiros. Segundo, celas com dois compartimentos do mesmo tamanho dos anteriores e outros compartimentos mais pequenos com toilette, lavatório e sala de refeições para 42 pessoas.

Os presos são conservados nas celas durante 23 das 24 horas. A outra hora é preenchida com o passeio — se o tempo permite — e por visitas das famílias.

Embora os presos procurem limpar as celas não podem tornar habitável um velho edifício que há dez anos foi declarado oficialmente impróprio para habitação humana.

ALIMENTAÇÃO E SAÚDE

A alimentação é inadequada e sempre carente de vitaminas. Travessas e pratos vêm em tabuleiros sujos e são frequentemente colocados no chão.

A prisão não tem serviço de hospital ou enfermaria. Os presos doentes são tratados por uma enfermeira-guarda, que por vezes não vem senão alguns dias depois de um pedido de assistência. O médico só aparece quando a enfermeira decide que é necessário.

Os presos que estão confinados à cama ficam na cela com os seus companheiros. Só em casos de extrema gravidade são removidos para o hospital geral da prisão, que fica próximo.

Os dois médicos que assistem os presos são funcionários da PIDE. Colaboram na tortura mental dos presos, examinando os exaustos e dizendo à polícia se podem continuar ou não o interrogatório. Tomam parte também na alimentação forçada dos prisioneiros que prosseguem a greve da fome.

VISITAS DAS FAMILIAS

O regime das visitas está sujeito, como tudo o mais ao poder da PIDE. O mais usado é o seguinte:

ALJUBE — 1 visita semanal de 15 minutos para cada prisioneiro, que não pode ter mais de 3 visitantes simultaneamente. Só são permitidas visitas de parentes chegados.

Entre o preso e os visitantes estão duas redes de arame e entre estas duas redes está um policia que assiste a toda a conversa. Qualquer referência à prisão ou a matérias legais é estritamente proibida.

A rede de arame é de trama muito cerrada, a sala onde as visitas tomam lugar é muito escura, o tráfego do exterior e os ruídos da prisão obrigam as pessoas a gritar para serem ouvidas.

CAXIAS — Durante a fase do interrogatório, o regime é o mesmo que no Aljube mas são permitidas visitas bisemanais de 30 minutos, cada.

Os prisioneiros que aguardam julgamento ou cumprem sentenças têm

uma visita de 30 minutos por dia — embora por lei devam ter uma hora. Três dias por semana as visitas são livres. Nos outros quatro paga-se uma quantia.

O controle das visitas em Caxias é feito por um guarda que fica fora das redes e vigia um grupo de 40 presos.

Todos os 6 meses o preso tem licença a uma visita numa sala comum, na presença de um guarda.

Pode escrever aos parentes chegados três vezes por semana, mas só sobre assuntos familiares.

O REGIME DA PRISÃO

É impossível descrever com detalhes todas as restrições que têm lugar na vida diária do prisioneiro e contribuem para o seu desequilíbrio mental e físico.

De tempos a tempos as celas são subitamente evacuadas para buscas intensas. São deixadas na mais completa desordem.

Os castigos surgem pelas mais variadas razões, mesmo as mais insignificantes e assumem várias formas, privação de passeios, suspensão do direito de ler o jornal autorizado, privação de todos os livros, privação de visitas, algumas por períodos de três meses e até mais, castigo no segrêdo durante cinco ou dez dias ou ainda mais com espancamentos.

Em Portugal há uma imprensa severamente censurada, que limita grandemente as possibilidades de informação e o acesso à cultura. E acima de tudo todos os materiais publicados requeridos pelos presos são novamente censurados pela polícia que rejeita muitos deles. Só é permitido um jornal diário. Nem todos os livros são permitidos e há assuntos totalmente proibidos (filosóficos, sociais, económicos).

Como um exemplo desta censura podemos mencionar que o jornal "Courier" publicado pela Unesco, é considerado subversivo e não é permitido na prisão.

Após prolongados pedidos os presos obtiveram permissão para uma hora de música por dia, de um giradiscos pertencente a uma das famílias. Os discos são censurados, principalmente a música ligeira e as obras de compositores russos.

Finalmente, a proibição de qualquer atividade profissional, insuficiente atividade física e espiritual, ajudado à destruição da capacidade geral dos prisioneiros.

A PIDE pretende ter melhorado o tratamento dos presos, como réplica aos ataques feitos contra ela, pela opinião pública internacional. Como resultado surgiram algumas escassas concessões (música, por exemplo), mas por dentro toda a repressão, violência e humilhações continuam como foram descritas.

OS TRIBUNAIS

Os Tribunais Plenários são estabelecimentos de "caça às feiticeiras". Este género de tribunal está suficientemente desacreditado aos olhos do mundo. Não necessitamos descrevê-lo.

As sentenças aplicadas — as absolvições são tão raras que podemos descurá-las — variam de acordo com a situação política internacional e nacional.

Há dois tipos de sentença de prisão. "Correcional" até 2 anos, e "maior" com mais de 2 anos.

O último tipo de sentença permite à PIDE conservar um prisioneiro indefinidamente na cadeia pois é sempre acompanhado das "medidas de segurança". Estas consistem em períodos extra de prisão, depois que a sentença expirou, de 6 meses a 3 anos. Se são de menos de 3 anos podem ser renovadas pela PIDE até atingir este limite. Depois de atingir 3 anos são renováveis através do Tribunal, sob proposta da PIDE, enquanto for alegado que o preso é "perigoso".

Só metade do tempo passado na prisão arxas do julgamento é levado em conta para os presos com sentenças "maiores". Como estas são seguidas de "medidas de segurança", com um mínimo de 6 meses, geralmente prolongados pelo menos por três anos, há um intervalo considerável entre o máximo de 2 anos para a prisão "correcional" e os cinco anos e meio para as sentenças de "maior".

Presos cujas sentenças já expiraram, foram conservados na prisão durante 10 e 15 anos. Na cadeia de Peniche o tratamento dos prisioneiros é muito pior; são sujeitos a uma privação terrível e a humilhações.

Além destas prisões há também as prisões da PIDE no Porto e em Paços de Ferreira, os campos de concentração em Angola e Cabo Verde. Nestes últimos, há muitos Africanos sujeitos a um regime bárbaro e perfeitamente nazi.



José Magro, um dos patriotas portugueses que nos presídios fascistas é vítima do terror policial.

O 5 de Outubro em Montevideo

"PORTUGAL EN SUD AMERICA" e "UNIÃO DE MULHERES PORTUGUESAS" realizaram um acto comemorativo da implantação da 1.ª República que, sem significar o desejo de voltar ao passado, foi animado, ao contrário, pelo propósito de construir uma unidade de forças democráticas capaz de "ir com o povo até onde o povo queira". A este acto assistiram numerosos democratas portugueses e uruguaios, tendo feito uso da palavra, entre outros, representantes da "Central de Trabalhadores do Uruguai", da "Federação de Estudantes Universitários", da "União Feminina do Uruguai" e das organizações portuguesas promotoras.

Maria Luisa Silva Neves, secretária de "Portugal en Sud America" e presidente da "União de Mulheres Portuguesas", afirmou que "hoje, em cada lugar do Mundo em que existe um português livre, é um dia de reafirmação democrática para a família lusitana". E acrescentou: "Nós, portugueses, temos como um de nossos principais objectivos a conquista da Paz, mas para isso somos obrigados, como último recurso, a promover um levantamento armado. Este aparente paradoxo é uma realidade, a triste realidade do povo português. Temos tentado todos os processos pacíficos para conquistar a felicidade do nosso povo; temos oferecido milhares de vidas, temos vivido 38 anos de clandestinidade; os nossos melhores patriotas têm sofrido, no total centenas de anos de prisão, numa luta constante. Finalmente, chegamos à etapa da rebelião para fazermos a nossa revolução e conquistar a Paz. Porque Paz é ter pão, moradia, instrução, saúde, terra para trabalhar e leis sociais que permitam o desenvolvimento integral do ser humano. As agências internacionais não falam muito das nossas lutas e por isso temos de actuar numa frente externa combativa, com variadíssimas facetas, sendo a de hoje a de divulgar o nosso problema nacional entre os amigos dos sectores mais esclarecidos do nosso já tão querido Uruguai. É por isso que temos juntos a nós a "Federação de Estudantes Universitários", a "Central de Trabalhadores" e a "União Feminina do Uruguai". E quem pode compreender melhor a luta pela Paz e pela felicidade humana do que os estudantes, os trabalhadores e as mulheres?"

Depois de explicar a actual organização da Oposição portuguesa na "Frente Patriótica de Libertação Nacional" a presidente da "União de Mulheres Portuguesas" finalizou: "Não se pode falar de liberdade do povo português sem considerar a independência dos povos colonizados pelo governo de Oliveira Salazar. Há que neutralizar a propaganda pseudo-patriótica do imperialismo sub-desenvolvido português. Creio que a expressão é correcta. O governo de Salazar domina os povos de Angola, Moçambique e Guiné e por sua vez é dominado pelos imperialismos norte-americano, inglês, alemão, japonês e tantos outros. Angola não é nossa, ao contrário do que diz o slogan salazarista. Angola, Moçambique e Guiné são dos trusts internacionais do petróleo, dos minérios, dos diamantes, como são deles as chamadas "nossas" companhias de caminhos de ferro, de telefones, de carros eléctricos, de água, de luz, assim como as principais indústrias portuguesas! Temos a certeza que este estado de coisas terminará muito em breve e que o povo da nossa terra conquistará a Liberdade. Só então entraremos na segunda etapa, a da conquista da Paz.

(Continua na pág. 6)

Natal do Prêso Político

Não deixem de nos enviar suas contribuições, com urgência

Relacionamos abaixo os novos contribuintes:

Saldo do número anterior	100.000,00
E.A.B.P.	500,00
Alfredo Masson	2.000,00
J.A.D.B.	500,00
M. Fernandes	1.000,00
A. Santos	500,00
J. Barradas de Carvalho	3.000,00
Manuel Rodrigues da Silva	2.000,00
Fernando S. Ramos	2.000,00
Leopoldina S. Moreira	1.000,00
Paulo Fernando	500,00
Carlos Fernando	500,00
Joaquim Quitério	2.500,00
Maria América D. Quitério	2.500,00
Julio Pereira	500,00
Alex Antunes Pereira	1.000,00
Oswaldo Gonçalves Martins	1.000,00

Total a transportar 121.000,00

Nolas e comentários

Duas Propagandas Enganosas

O salazarismo critica e ataca muitas vezes certas entidades e governos estrangeiros por quem se diz hostilizado mas que, na realidade, apoiam a sua acção reaccionária em Portugal. Lembremo-nos da campanha anti-americana desenvolvida oficialmente, em comunicados e nas ruas, pelo governo de Salazar na ocasião das primeiras votações na ONU sobre as colónias portuguesas. Até o Papa, ainda há pouco, foi desenhado e censurado pelo secretário dos assuntos exteriores de Salazar por visitar a Índia, cujo falecido primeiro ministro o ditador português considerava como inimigo pessoal, assim como se ele tivesse sido ministro da República portuguesa de 1910.

Trata-se de uma forma de incentivar artificial e artificiosamente um patriotismo mal esclarecido que, em face da visão da Pátria sob ameaças ou humilhações estrangeiras, é levado a ver no governo, seja ele qual for, o defensor dos interesses nacionais. Além de que pertence à sabedoria das nações o propósito de tentar justificar dificuldades e reveses apresentando-os como provocados por rebeldes cabalas internacionais.

O pior é que atitudes de ocasional aparente hostilidade internacional do governo de Salazar são, por outro lado, muitas vezes erradamente interpretadas por certos sectores da Oposição como de solidariedade ao povo português e de decisiva importância para a nossa luta anti-fascista. Dai estes sectores considerarem como aliadas forças políticas e entidades que, longe de se encontrarem empenhados na destruição do fascismo português, estão, na verdade, interessadas na sobrevivência do salazarismo ou, pelo menos, na das suas estruturas fundamentais. Foi o caso, atrás citado, da atitude norte-americana em favor da descolonização tomada três anos antes. Foi o caso da decisão do Papa de deslocar-se à Índia para tratar de negócios do Vaticano. Foi a recente vitória eleitoral trabalhista na Grã Bretanha. E foram (e serão...) muitos e muitos outros casos, em que, ao fim e ao cabo, a propaganda salazarista deste último período e a nossa própria coincidem no fundamental: Salazar ao contrário do que sucede estaria absolutamente isolado.

Este comportamento de alguns sectores da Oposição corresponde, em certa medida, ao desejo de ampliar perante o nosso povo as dificuldades internacionais do governo de Salazar. Mas, além disso, corresponde ainda à esperança, confessada ou oculta, de que a acção de uma ou várias entidades estrangeiras provocará um dia o derrubamento do salazarismo.

Ora, a verdade é completamente diferente.

O governo dos Estados Unidos tem estado, está e estará profundamente interessado na sobrevivência do salazarismo. A sua atitude inicialmente anti-colonialista teve apenas um objectivo oportunista, de engodo de alguns estados africanos já então independentes. Não haveria, por isso, quem, na Oposição portuguesa, possa tomar o lugar de Salazar no coração de um presidente norte-americano, chama-se ele Johnson ou tenha-se chamado Kennedy — a menos que dê provas de querer e poder vender Portugal ainda mais barato do que Salazar... O vigário de Cristo na terra não foi à Índia sem antes ter conferido ao santuário de Fátima a "Rosa de Ouro" e ter declarado que "muito ama o nobre povo português", "maxime no momento presente" — que, como todos sabem, inclusive o Papa, é o das guerras coloniais e o dos genocídios praticados pelas tropas salazaristas. O "socialista" Wilson, partidário da NATO, ainda há pouco permitiu aos comandos belgas a utilização da ilha de Ascensão como base para a criminosa operação contra os patriotas de Stanleyville. Atitude idêntica tomará, chegando a altura, contra os nacionalistas das colónias portuguesas, sem que o inibam as declarações por ele feitas anteriormente em sentido contrário, como neste momento, ao ter mandado entregar 16 bombardeiros ao governo sul-africano, já se esqueceu da promessa que fez de proibir a exportação de material de guerra para aquele governo. E isto porque, em determinado sentido, os democratas portugueses estão pior servidos com um governo trabalhista na Grã Bretanha do que com um governo conservador, já que o primeiro,

como adversário do Mercado Comum, conduz à sobrevivência da EFTA e esta leva a uma exploração muito maior da economia portuguesa por parte dos monopólios britânicos.

Não é nestas altas esferas, portanto, que o povo português pode contar com amigos verdadeiros — nem Salazar com inimigos decididos. Governantes nossos amigos e inimigos de Salazar são, exclusivamente e na realidade, os dos países socialistas e os dos estados neutralistas da África e da Ásia. Mas nem mesmo estes serão factores decisivos na destruição do fascismo português. Neles encontramos solidariedade política e a possibilidade de uma certa ajuda material. Não só essa ajuda, porém, será meramente adjuvante da luta anti-fascista do povo português como também ela será proporcional aos resultados visíveis e concretos das acções práticas de libertação nacional do nosso povo.

No fundo, uma única norma, talvez um tanto paradoxal, deve orientar os dirigentes lúcidos do povo português: "Se queres que te ajudem a libertar-te... liberta-te tu próprio".

M. S.

Ben Bella, Fantasma de Salazar

Os últimos discursos e entrevistas de Salazar vieram radicar no espírito de muitos intelectuais estrangeiros amigos do povo português a convicção de que a mais velha ditadura do mundo tem à sua frente uma figura de opereta. Por mais paradoxal que isso pareça, as demonstrações de indignação mental que Salazar vem oferecendo colocam-nos, a nós exilados, em situação difícil para explicar certos factos, tal a perplexidade em que fica quem toma conhecimento dos dislates debitados por um homem responsável pela sobrevivência de um regime policial cientificamente montado. O autor das baboseiras divulgadas nas colunas da imprensa internacional poderia quando muito ser um emulo do sr. Tchom-bé ou do sr. Somoza, mas nunca um autocrata capaz de manter o controle do aparelho fascista do Estado português. Dir-se-ia que a pobreza de espírito e a ignorância de Salazar seriam incompatíveis com a exploração organizada do homem pelo homem, a guerra colonial e outras calamidades de que o povo português é vítima. Desgraçadamente não o são.

A derradeira manifestação da incultura e da senilidade de Salazar superou tudo o que dele conhecíamos. Referimo-nos, claro, à entrevista concedida ao jornal francês "L'Aurore". É incrível como ao seráfico mestre de Santo Comba foi possível amontoar tanta asneira em tão poucas linhas. Voltando decididamente as costas às finanças e à economia, torna o ditador a pisar o caminho trilhado nas suas recentes declarações a uma revista germano-occidental, invadindo outra vez o terreno da sociologia, da geografia e da história. E com que resultado! Depois de nos falar da "ordem que reina nas províncias ultramarinas portuguesas" (precisa-nos no momento em que se inicia a insurreição moçambicana) toma a peito defender supostas reivindicações territoriais chinesas, mas acaba por se perturbar e sustenta, revoltado, que a Mongólia não deveria ter sido anexada pelo União Soviética, pois pertence de direito a Pequim... mostrando, portanto, ignorar que se trata de um país soberano com assento nas Nações Unidas.

O grande fantasma de Salazar é contudo, a Argélia. Essa, sim, tira-lhe o sono. Irado, fulmina-a com anátemas, lembrando à Cristandade que "o Mediterrâneo é um mar demasiado estreito para que as suas costas possam ser partilhadas entre nações inimigas". É uma nova Cruzada que povoa os sonhos heróicos e sangrentos do amigo íntimo do Cardeal Cerejeira! É facto que nas suas divagações béli-cas cita as guerras púnicas e o esmagamento de Cartago, mas é o seu coração de templário que bate contra o muro infiel quando antevê uma Argélia com as bandeiras vermelhas desfraldadas, dominando todo o Maghreb, de Tanger e Tunis (as demais nações islâmicas ribeirinhas do Mare Nostrum não o assustam).

Leitor atento dos bons romances de cavalaria, foi néles, no culto das façanhas dos Galaores e dos Cirongilios, dos Roldan e dos Pentrapolin, e no temor respeitoso dos nigromantes como

o sábio Merlin (até o destemido Quixote receava esse encantador), foi certamente nessas aprazíveis páginas que Salazar bebeu a ciência histórica com que, altivo e fero, ora bombardeia a Europa estarecida. O venerável cavaleiro de Santa Comba antevê o apocalipse. Daí, através das colunas de L'Aurore — antiga tribuna da OAS — o seu brado de alerta à Cristandade ameaçada de extermínio: "E um dia os árabes terão a tentação de atravessar o estreito de Gibraltar e recomeçar com a invasão que há dez séculos foi detida em Poitiers! Nos seus pesadelos fere-se já a batalha entre a Cruz e o Crescente. Ben Bella, montado num cavalo branco e de al-fange em punho, é Tarik ben Zeyad, o emir Muza, Abderhaman, Ibn Amir, Yusef ben Tachefin — a síntese de todos os grandes conquistadores mouros da Ibéria...".

O profeta falou! Mas o mundo não tremeu: sorriu. Provavelmente, a estas horas, Salazar, chora a falta de um Godofredo de Bulhões ou de um Ricardo Coração de Leão. Quiçá, quem o sabe, se contentasse com um Pedro, o Eremita.

Quanto a nós, dêste exílio onde chega amortecido o eco das suas enor-midades, experimentamos apenas o desejo de lhe dar um conselho: consulte professor, um compendio liceal antes de fazer declarações à imprensa. Desta vez errou em mais de dois séculos. A batalha de Poitiers travou-se exactamente no ano de 732.

Torna-se cada vez mais patente que o vetusto mestre precisa voltar aos bancos da escola.

M. U. R.

Televisão, Sedução & Mistificação

O ministro da Educação — o próprio ministro! acentua a imprensa oficiosa do regime no exterior — acaba de fazer revelações "surpreendentes" sobre o aproveitamento de "todos os recursos e seduções da televisão para execução de um intenso programa escolar e educativo". Revelou ele que "a sede da Telescola funcionará no Porto... e serão ministrados os cursos que forem sendo instituídos à medida das possibilidades e das conveniências". Que espécie de conveniências? — Sua Excelência não esclareceu.

Como organizar as relações da Telescola com os alunos? — interroga-se o ministro, para informar a seguir que se concebem duas formas de estruturar essas relações: a "correspondência" e "os postos de escuta". O sr. Galvão Teles opta pelos postos de escuta e informa que a "correspondência", inicialmente, não vai funcionar. Não explica se a opção resultou de algum parecer da PIDE, cuja autoridade na matéria é indiscutível.

Em certa passagem da sua exposição, que só se refere a vagos aspectos formais da Telescola, o ministro Galvão Teles faz apelo à metafísica para explicar que "os postos de escuta representam uma simbiose curiosa entre o ensino oficial e o ensino particular. O ensino é oficial — diz ele — no ponto de partida, particular no ponto de chegada. No ponto de partida, porque dimana da Telescola, organismo estatal; particular no ponto de chegada, na fase de recepção, porque é recebido e aplicado nos postos de escuta, estabelecimentos privados". (Imaginamos que o ministro deve ter recebido muitos encomios por esta brilhante *trouvailla*).

Depois, e por causa da parte privada da Telescola, o ministro faz um veemente apelo à iniciativa particular para colaborar na criação de postos de escuta, não sem advertir, porém, que "cumpre rodeá-los de todas as necessárias cautelas para que não se atraiçõem os fins a alcançar". E termina assim: — "Não há que ter medo de mudar de caminho quando a consciência nos diga que vamos pelo caminho melhor". Sem alterar o sentido desta proclamação, vamos colocá-la de outra forma porque há nela certa subtilidade e é necessário que ninguém deixe de entender: "quando a consciência nos disser que vamos pelo caminho melhor — isto é, que estamos seguindo uma orientação justa — não há que ter medo de mudar de caminho" — isto é, de orientação, porque insistindo na orientação justa, quem sabe! talvez estejamos atraíçoados os fins a alcançar.

Os fins a alcançar pelo governo fascista, ninguém o ignora, são a mistificação da opinião pública internacional e o engodo ainda e sempre do povo português.

Atente o leitor noutro artigo publicado nesta edição, em transcrição do jornal britânico "Guardian". Sem a conversa empolada e sem as metafísicas do ministro, o autor do artigo coloca objetivamente a situação do ensino em Portugal.

Com os mesmos objetivos reais e com a mesma encenação publicitária, lançou o governo salazarista, anos atrás, uma grande campanha de alfabetização. E qual é a situação hoje? — Um índice de 40% de analfabetos, o mais elevado da Europa.

Se mais de metade da população nacional vive nos meios rurais, e se estes ainda hoje, na sua maior parte, não dispõem de luz elétrica, que pode a iniciativa particular fazer em favor de cursos por televisão? E que pedir à iniciativa particular nos meios onde a sua única expressão é a taverna, ou o moinho de vento, ou pouco mais?

Não foi a imprensa estrangeira mas sim a imprensa censurada pelo próprio regime fascista que reconheceu que a verba dispendida com a educação no nosso país era, por habitante, a mais baixa conhecida no mundo! E a reforma destinada a elevar para 6 anos o mínimo de escola-

rização das crianças portuguesas, reforma que, com reincidência nas tentativas de mistificação se pretendeu fazer passar por uma medida atual, foi prevista apenas para 1970 porque custará ao tesouro um acréscimo de despesa da ordem de 120 mil contos. Procure o leitor saber, quando sair a próxima lei de meios, qual é o orçamento declarado da PIDE (desprezando as verbas secretas destinadas a essa sinistra organização através do Ministério do Interior). E interroguem-se o leitor — como nós também fazemos — porque as potências que estão possibilitando, com ajuda militar e investimentos financeiros, as guerras coloniais que empobrecem o nosso país e o cobrem de indignidade, porque essas potências, tão generosas nesses aspectos, não concedem uma pequena parcela de toda essa fabulosa despesa para que seja aplicada, desde já, a reforma escolar.

S. Q.

Debate Sobre Problemas Económicos

Sob a orientação do eng. Ricca Gonçalves, presidente do Centro Republicano Português, realizou-se no passado dia 20 de Novembro, na sede daquela agremiação democrática, um debate sobre problemas da economia portuguesa.

Começou o eng. Ricca Gonçalves por recordar que no discurso que pronunciara durante o jantar comemorativo do *Cinco de Outubro* abordara especialmente, com o acôrdo da directoria do C.R.P., problemas da actualidade económica portuguesa, que tem uma incidência tão grande sobre a emigração. Nesse discurso defendeu a ideia de que apenas o aumento da produtividade, depois do derrubamento do salazarismo, poderá conduzir a um melhor *standard* de vida para os portugueses, levando, assim, a regressar à pátria grande número de emigrados que se encontram em diversos países da Europa, onde se não radicaram, ao contrário do que geralmente sucede quanto aos portugueses do Brasil. Terminado o jantar, alguns dos presentes haviam mostrado interesse em debater com o eng. Ricca Gonçalves alguns dos seus pontos de vista.

Dai essa sessão em que o eng. Ricca Gonçalves se declarou disposto a ouvir as opiniões que os presentes quisessem expor para, sobre elas, por seu turno emitir as suas. Foram surgindo, desse modo, declarações de pontos de vista e também muitas perguntas.

O sr. capitão João Sarmento Pimentel principiou por salientar que sendo Portugal um país subdesenvolvido, como se podia explicar que Salazar, segundo notícias vindas a publico, havia entregado 3.300.000 contos para ajuda aos países subdesenvolvidos, através de organismos das Nações Unidas?

A esse respeito, afirmou o eng. Ricca Gonçalves ser necessário apreciar, ainda que sumariamente, o estado da economia portuguesa no mundo de hoje. Incontestáveis são os sinais de sub-desenvolvimento. Um rendimento *per capita* ano da ordem dos 250 dollars, quando são geralmente considerados sub-desenvolvidos os países com rendimento *per capita* inferior a 400 dollars. Um consumo de electricidade de cerca de 300 kw por habitante e por ano, igual ao do Brasil, no qual estão incluídas as regiões extraordinariamente pobres do nordeste (consumindo o Estado de S. Paulo 1.100 kw *per capita/ano*). Tendo em consideração que os Estados Unidos da América têm um consumo de 5.000 kw *per capita/ano* e que, mesmo na URSS, o aumento médio anual de potencial instalado e de consumo pouco excede a 10%, conclui-se que a situação portuguesa tende a agravar-se com o andar dos anos, sendo mesmo, a este respeito, quase catastrófica.

A perguntas feitas, esclareceu o eng. Ricca Gonçalves: Portugal tem hoje instalado o potencial total de cerca de um milhão de kw, quando uma única central do Brasil, a de Cubatão, tem dois milhões. Aliás, o limite de instalação de potencial no nosso país, segundo o eng. Ricca Gonçalves, em pouco ultrapassará 5 milhões de kw., embora este valor possa ser aumentado pela instalação de estações de bombagem para aproveitamento das águas vertidas das barragens assim como pela interligação de linhas, como se faz na URSS.

Sobre o tema das pequenas indústrias, cujo número teria sido aumentado nos últimos cinco anos, o eng. Ricca Gonçalves considerou tal facto desfavoravelmente, pois demasiadamente grande é já o número das pequenas unidades industriais no nosso país. Assim, no sector das fundições, por exemplo, de um total de cerca de 350 só 3 ou 4 são realmente

indústrias, nada mais sendo as outras do que unidades artesanais, com baixíssima produtividade. Na opinião do Eng. Ricca Gonçalves, acresce que os pequenos industriais são, regra geral, extremamente reaccionários, sendo os operários mais explorados nas suas mãos do que nas grandes empresas, de maior produtividade.

Sobre a perspectiva, porém, das actuais unidades industriais serem encerradas sem que primeiramente se tenha criado outras em condições eventuais de maior rentabilidade, levantaram-se logo alguns dos presentes, em oportunas intervenções, com as quais, aliás, o eng. Ricca Gonçalves esteve de acôrdo.

Passando-se às implicações financeiras da emigração portuguesa, al-guem perguntou se, afinal, a remessa de fundos (os chamados invisíveis) pelos emigrados não favorecia as finanças do salazarismo. O eng. Ricca Gonçalves foi até mais longe, exprimindo a opinião de que tal facto, sendo por um lado inflacionárias, pois representavam emissões suplementares de moeda nacional dadas em troca das divisas estrangeiras, assemelhavam-se ao ouro e às pedras preciosas com que o erário régio se alimentou durante a fase da Índia e, depois, do Brasil colonial.

Regressando ao problema da baixa produtividade portuguesa, o eng. Ricca Gonçalves deu mais alguns esclarecimentos. De 1947 até 1956 o aumento da produtividade foi em Portugal de 32%. Mas, segundo um estudo dos insuspeitos economistas Teixeira Pinto (actual ministro da Economia de Salazar) e Pereira de Moura, os operários apenas beneficiaram de 13% desse aumento, sendo de notar que, na agricultura, os trabalhadores rurais beneficiaram somente de 3%! Por isso mais uma vez insistia na necessidade de aumentar-se a produtividade do trabalho português. Vindo novamente à baila o problema dos pequenos industriais, o nosso companheiro Alexandre Pereira pôs em foco o caso do fascismo português, em cujo sistema esses pequenos industriais apenas pretendem sobreviver.

E como promover a rápida e necessária acumulação de meios necessários para aquele aumento de produtividade — capitais, meios técnicos, etc. — perguntou o sr. Joaquim Duarte Baptista? Tal problema não é insolúvel, respondeu o eng. Ricca Gonçalves, pois não se faz mister que o nosso país reúna todas as realidades precisas para esse aumento de produtividade, pois a maior parte dos pequenos países, como a Suíça e tantos outros, não reúne também. Portugal poderá fazer como muitos outros pequenos países: importar as matérias primas de que necessitar, incorporar-lhes a mão de obra exigida e exportar os produtos acabados.

Era já tarde e, especialmente, não havia sido possível chegar a formularem conclusões do debate. Designou-se, por isso, nova sessão, para o dia 4 de Dezembro. Antes, porém, o nosso companheiro Manuel Sertório propôs que o eng. Ricca Gonçalves trouxesse um esquema articulado das suas teses e que o capitão Sarmento Pimentel, vice-presidente do C.R.P., presidisse o debate, pondo ordem nas intervenções. Afirmando um ponto de vista, Manuel Sertório não quiz deixar de exprimir a sua opinião sobre o teor das ideias defendidas pelo eng. Ricca Gonçalves, que lhe pareciam economicamente certas na grande maioria dos casos mas que julgava pecarem, em bloco, por um excesso de tecnocracismo, quando todos os problemas económicos do Portugal de hoje como do Portugal de amanhã não poderão ser correctamente encarados a não ser no seu conspecto político.

Portugal e a União Ibérica - II

Publicamos abaixo a parte final da Conferência que o nosso companheiro Joaquim Barradas de Carvalho pronunciou no dia 2 de outubro no Centro Republicano Português de São Paulo.

Não será por acaso que aquilo a que poderemos chamar a Geografia Religiosa de Portugal é bem diferente daquilo a que poderemos chamar a Geografia Religiosa da Espanha. Ao Norte, entre o Porto e a fronteira da Galiza, encontramos uma região de prática geral e fervorosa, fecunda em vocações sacerdotais e religiosas, cujo coração é a cidade de Braga, chamada a Roma de Portugal. Existe ali um catolicismo popular, semelhante àquele que existe em Espanha, na Itália, ou na Irlanda. Ao sul do Porto, até ao Algarve inclusive, o conjunto do País parece tão descrentizado como a maior parte da França, com zonas particularmente atingidas como o patriarcado de Lisboa, e sobretudo a diocese de Beja no Alentejo. Existe até um ditado popular em que Beja nos aparece como a terra sem Sé nem Fé... Estatísticas recentes, dos anos 1953 e 1959, dão-nos bem a medida da descrentização do Sul de Portugal, a partir da zona de Lisboa, passando pelo Alentejo, e chegando até ao Algarve. Para a diocese de Lisboa, abrangendo uma parte dos Distritos de Santarém e de Setúbal, a taxa de observância do preceito dominical era de 17,2% em 1956, mais ou menos a mesma que a da cidade de Lisboa. Nas populações rurais da diocese a taxa de observância variava entre 38% no extremo norte, até 1,2% para os homens e 5,8% para as mulheres e crianças numa paróquia das lezírias nas margens do Tejo. Em Faro, em 1953, a percentagem global de praticantes era de 15% para a cidade de Faro, e 8% para o conjunto da diocese. No município de Odemira, no Alentejo, 80% dos casamentos fazem-se à margem da Igreja. E no entanto, se no Alentejo atravessarmos a fronteira com a Espanha, encontramos a Andaluzia com um catolicismo popular bem arraigado, ainda que muitos aspectos a identifiquem ao Alentejo, até mesmo o regime de propriedade, o latifúndio.

Vêm de longe as razões profundas da força do Catolicismo em Espanha e da sua fraqueza em Portugal. Uma circunstância, de resto bem conhecida, veio dar ao catolicismo espanhol um vigor particular, e tornando-o menos vulnerável que o catolicismo português. Em Espanha a Unidade Nacional forjou-se ao longo da reconquista, na luta contra o Islam, e de tal maneira que religião e Nação se confundiram. A noção de Cristão identificava-se com a de Espanhol, e inversamente, a noção do Espanhol identificava-se com a de Cristão, ao passo que a de Mussulmano se identificava com a de estrangeiro e invasor, mesmo quando o Mussulmano era de origem hispânica. Em Portugal, nada de comparável. A luta contra o Islam foi muito mais curta. A reconquista estava terminada em 1250, e não teve como em Espanha a mesma influência, não teve o mesmo papel na formação do País. Por outro lado, e aspecto muito importante, a formação de Portugal não se forjou contra o Islam, mas contra Leão, e depois contra Castela, isto é, contra outros Países Crisãos. Não podia ter portanto um carácter religioso, mas apenas um carácter político. Houve assim em Portugal, como também em França, uma dissociação entre a ideia nacional e a ideia cristã, e é esta a razão porque o laicismo teve em França uma voga que nunca teve em Espanha, onde as suas vitórias foram sempre sucessos efémeros, sem grande projecção no futuro.

Em tudo o que atrás dissemos parece-nos haver algo que não foi explicado, porque foi apenas verificada. Portugal — tem-se dito — unido pela Cultura à Espanha, até 1580, dela se separa radicalmente em 1640, ligando-se culturalmente à França — à França laica, à França das revoluções do século XIX: 1830, 1848, Comuna de Paris.

Verificar uma influência é certamente importante, mas mais importante ainda é saber porque se escolheu essa influência e não outra.

Em Portugal, como já dissemos, religião e nação nunca se confundiram, como aconteceu na quase totalidade dos restantes reinos da Península Ibérica. Desde muito cedo que todo um condicionalismo de estrutura leva os Portugueses a lançarem-se numa série de empresas destinadas a revolucionar toda a História da Humanidade: os Descobrimientos Marítimos e a Expansão dos séculos XV e XVI. Uma nova Cultura surge, graças a esta extraordinária aventura

humana: a chamada Literatura Portuguesa de Viagens e toda a Literatura Científica a esta estreitamente associada. Duarte Pacheco Pereira, o matemático Pedro Nunes, D. João de Castro, o naturalista Garcia de Orta, foram os autores mais importantes entre aqueles que ligaram a sua vida e a sua obra aos Descobrimientos Marítimos Portugueses. Aquilo a que chamamos a Literatura Portuguesa de Viagens que se confunde com a Literatura Científica ligada aos Descobrimientos, representa o que de mais original produziu até hoje a Cultura Portuguesa. Tanto no aspecto científico, como técnico, e até talvez filosófico, nunca os Portugueses atingiram um tal domínio deles próprios e da sua expressão cultural. Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, D. João de Castro, Garcia de Orta, são a mais alta expressão deste surto cultural e mental, são homens que estão na linha de evolução e de revolução de uma como que pré-história do pensamento moderno, na medida em que este tem como conceitos-base: por um lado a penetração do número, da medida, da medida precisa, da medida exacta, na vida sociedade, a quantificação da vida, em suma; por outro o conceito de experiência, desde a experiência bruta, mera observação do senso comum, uma experiência que não é mais do que observação, até à experiência que se prepara, a experiência que é uma questão posta à natureza, e posta numa linguagem geométrica e matemática. Julgamos ser possível surpreender por estas épocas uma tradição racionalista no pensamento português, a que poderíamos chamar de "Experiencia-

lismo" do Renascimento, tradição que por meados do século XVI a decadência e a Inquisição haviam de fazer abortar.

Este "Experiencialismo" do Renascimento que exclue o Humanismo, este praticismo do comerciante que exclue o planeamento do conquistador, distinguiram, parece-nos, já por estas épocas, a Expansão Portuguesa da Expansão Castelhana, e mais simplesmente o Povo Português da quase totalidade dos restantes Povos Ibéricos. A Expansão do comerciante foi algo de diferente da Expansão do conquistador. O primeiro cria uma Cultura racionalista e experiencialista, o segundo cria uma Cultura racionalista mas Humanista. E será que esse racionalismo que classificamos de experiencialista, oriundo da Literatura Portuguesa de Viagens e da Literatura Científica a ela associada, tem alguma responsabilidade na escolha da influência do racionalismo francês? É que talvez tenha sido mais aparente do que real a tão falada Unidade Cultural da Península Ibérica na Idade-Média e nos séculos XV e XVI. Lançando-se na aventura dos Descobrimientos Marítimos e da Expansão, Portugal volta já nessa época, senão antes, as costas à Península Ibérica.

(1) — Esta palestra deve muito ao estudo do Prof. Robert Ricard: *La dualité de la Civilisation Hispanique et l'Histoire Religieuse du Portugal*, in *Revue Historique*, Paris, Juillet-Septembre 1956, e também um pouco a Augusto Querido: *Elements pour une Sociologie Religieuse*, Ed. du C.N.R.S., Vol. 7, Paris, Janvier-Juin 1959.

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

REFORMA EDUCACIONAL EM PORTUGAL

"A decisão de Portugal de aumentar a frequência escolar obrigatória de quatro para seis anos pode parecer um marco educacional comparada com a campanha de alfabetização de adultos lançada em Outubro de 1952.

No dia 1 de Outubro, perto de 250.000 crianças na idade de sete anos entrarão pela primeira vez nas escolas primárias e serão as primeiras a apanhar a nova lei que as obriga a frequentar a escola até aos treze anos. Como em muitas escolas europeias, a educação primária começa só aos sete anos.

No entanto, as crianças portuguesas que já estão no meio do seu curso primário terminarão automaticamente no fim dos quatro anos habituais. Basta pensar que o impacto do curso prolongado se fará sentir apenas a partir de 1970 para que a medida da reforma caia em grau ou dois. Assim, para os próximos dois anos se as presentes tendências permanecerem, cerca de oitenta por cento de todas as crianças em idade escolar deixarão a escola para enfrentar o mundo, com a idade de 11 anos. Legalmente devem sair aos dez, mas assim sendo correm o risco de passarem o resto da vida como cidadãos de segunda categoria.

A partir dos onze anos as crianças portuguesas que frequentam as escolas farão um exame e o fracasso resulta numa tremenda incapacidade social. Significa que a criança perde a mínima esperança de educação mais adiantada; não pode trabalhar em fábricas ou empregos públicos. Mais tarde vai invalidar-lhe o seu pedido de passaporte ou de carta de condução. Surpreendentemente, mais de metade dos que deixam a escola fracassam nesse exame ou não conseguem fazê-lo. Na maior parte dos casos a razão do fracasso é devida ao sistema ou à qualidade do ensino. E poderíamos fazer uma série de observações em corroboração disto.

Poucas crianças físicas e mentalmente incapacitadas frequentam as escolas oficiais primárias, que de um ponto de vista educacional cortam o caminho aos alunos normais e inteligentes. Só um por cento dos 100.000 crianças incapacitadas recebem actualmente facilidades de ensino especial da parte do Estado. Em muitos casos a subnutrição é culpada do atraso mental.

A superpopulação é outro elemento fundamental. Para cerca de 900.000 alunos primários do Estado há um escasso número de 20.000 salas e a mesma quantidade de professores. Assim quando as classes não são extraordinariamente grandes, um instrutor supervisiona dois ou mais grupos de idades diferentes. Essas

anomalias, como seria de esperar, notam-se mais no campo do que na cidade, embora grande parte dos portugueses seja rural. Salários baixos e o tédio da vida rural dão como resultado professores de baixo nível académico.

O custo
O Estado calcula que os dois anos de escolaridade extra custarão anualmente o equivalente a um milhão e meio de libras, o que pode ser também encarado como um desafio ao jornal "Diário de Lisboa", que recentemente apontou as despesas com a educação em Portugal, por habitante, como as mais baixas do mundo. (Nos últimos anos, as despesas com a educação atingiram 12 milhões e meio de libras anualmente — 28 shillings per capita — embora não haja a certeza de que na realidade se tenha gasto essa quantia).

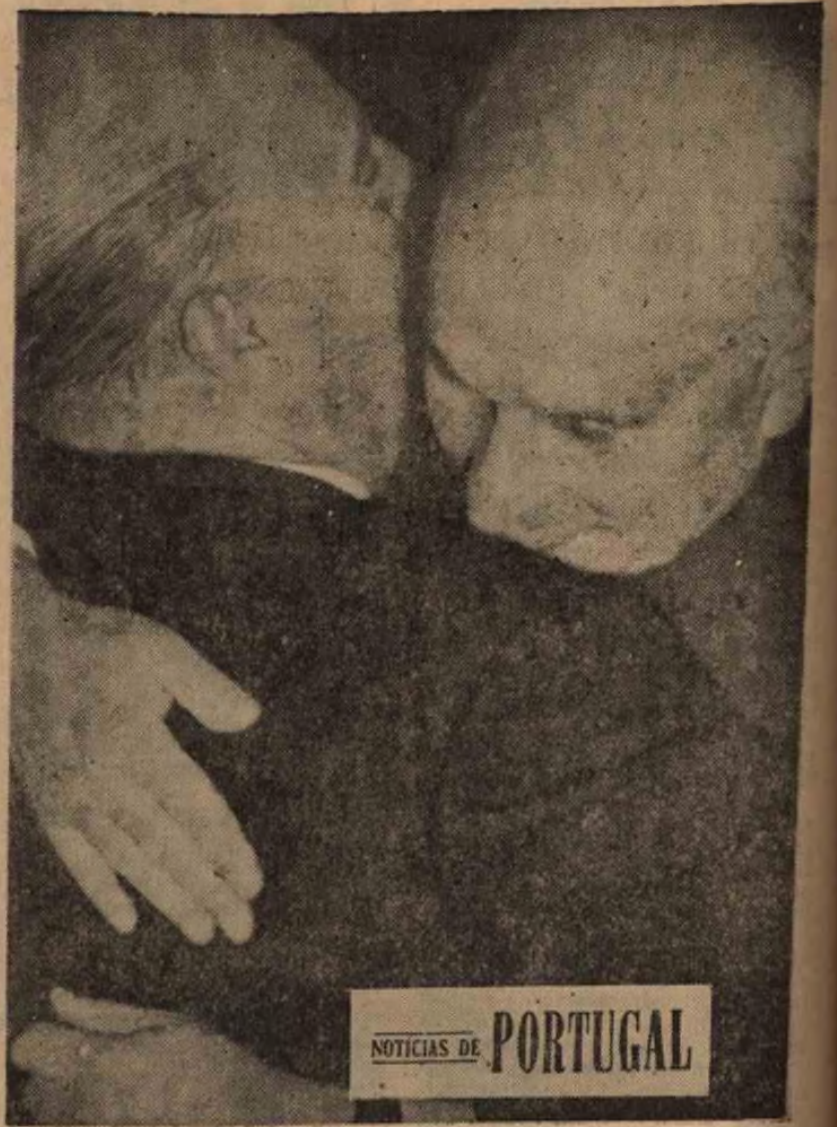
Sob o novo esquema, os escolares de 11 anos não destinados à educação secundária serão englobados num grupo "prático" designado para dotar os jovens que deixam a escola com um meio de ganhar a vida. Em 1970 espera-se produzir um certificado de competência resultante de seis anos de educação em vez dos habituais quatro.

Falando de um modo geral, toda a instrução superior — técnica e académica — deve ser paga quer seja ministrada em escolas oficiais ou particulares e nada previsto para transformar esta educação. São excepções as escassas bolsas concedidas pela caridade privada ou pelos organismos políticos; cerca de 2.500 serão concedidas este ano pelas sociedades de previdência dos trabalhadores.

Os liceus ou os seus equivalentes, cuidam de um terço dos alunos destinados à instrução superior. Sem dúvida um maior número de pais deveria mandar os seus filhos para os liceus onde as propinas são moderadas, se houvesse mais vagas, em vez de optarem pela dispendiosa alternativa de uma escola particular. Para cada liceu há três escolas particulares.

Cerca do dobro das crianças vão para as escolas comerciais e industriais, embora frequentemente apenas como alunos noturnos em vez de secundários académicos, e a frequência subiu num nível proporcional. As propinas pedidas ultrapassam 6 £ por período e considera-se que a receita anual per capita é apenas de 85 £, o que não impede 37.000 a tentarem o exame de admissão este ano. Há uma ansia evidente de mais instrução em certos sectores não privilegiados que as instituições existentes só parcialmente podem satisfazer. Lisboa, com cerca de um milhão de habitantes, tem três escolas industriais com acomodações para cinco mil alunos.

Que sucede a oitenta por cento das (Continua na pág. 7)



Franco e Tomás abraçam-se na inauguração da barragem da Bemposta. O cliché reproduz a capa de um numero do boletim fascista "Noticias de Portugal". Mais forte do que o abraço do caudilho e do almirante-clown é a aliança dos povos de Portugal e Espanha para esmagarem as ditaduras simbolizadas nas duas grotescas figuras.

Estudantes Contra o Fascismo

Em Christchurch, na Nova Zelândia, realizou-se recentemente mais uma Conferência internacional de estudantes promovida pela COSEC, organismo estudantil com sede em Leyden, na Holanda.

No decurso dos trabalhos do conclave, a situação dos estudantes portugueses foi largamente discutida, tendo o plenário aprovado um relatório que sobre o assunto lhe foi submetido por uma comissão especialmente nomeada para o efeito. São desse documento os trechos que abaixo publicamos:

SITUAÇÃO GERAL

Houve muito pouca mudança na situação política portuguesa durante 1962/64. No plano internacional Portugal foi abertamente atacado pela sua política colonial na África. Internamente, o ditador Salazar, continuou firme na sua posição. A oposição ao seu regime aumentou mas depois de um governo de 36 anos o dr. Salazar parece pressentir a oposição; permite-lhe emergir e logo que ela desponta suprime-a à força. A situação económica apresenta pouca melhoria durante estes últimos dois anos. Portugal é um dos sete membros da Associação de Comércio Livre (EFTA) mas desempenha um papel mínimo nesta organização.

SITUAÇÃO GERAL NA EDUCAÇÃO

Nos relatórios anteriores do RIC apontou-se que a educação portuguesa, comparada com outros países europeus está num estado lamentável. De acordo com o levantamento da UNESCO, Portugal tem um grau de analfabetismo de 40-46% (de pessoas acima dos 15 anos) quando comparado com 1-2% na Austrália, 3-4% em França e 1-2% na Alemanha Ocidental. A educação primária é obrigatória e livre só por quatro anos para crianças entre os 7 e os 14 anos, quando comparada com 8 anos na Austrália, 10 anos em França e 9 anos na Alemanha Ocidental. As despesas de guerra nos territórios portugueses em África impedem o governo de melhorar a situação no momento.

SITUAÇÃO POLITICA

Um acontecimento importante para os grupos oposicionistas em Portugal foi a Conferência da Europa Ocidental para a Amnistia dos Presos Políticos e Exilados Portugueses, que teve lugar em Paris de 15 a 16 de dezembro de 1962. Este encontro teve grande assistência e recebeu publicidade considerável. Os fins do encontro foram indicados por duas resoluções unanimemente aprovadas. A primeira era um apelo à opinião pública mundial respeitante à situação dos Presos Políticos Portugueses, à necessidade da Amnistia e uma denúncia do regime de Salazar. A segunda era uma expressão da necessidade de uma ação mais vasta in-

(Continua na pág. 6)

Apoio à F.P.L.N.

No dia 4 de novembro p.p. realizou-se no Centro Republicano Português uma reunião de democratas portugueses durante a qual o dr. Manuel Sertório prestou amplos esclarecimentos sobre os trabalhos da III Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

No final da troca de impressões verificada, os democratas presentes deliberaram enviar à Junta Revolucionária Portuguesa o seguinte documento:

1. Os signatários, democratas portugueses radicados no Brasil, por si e em representação das entidades abaixo nomeadas, ao tomarem conhecimento das resoluções da 3.ª Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional, dão às mesmas o seu inteiro apoio.

2. Os signatários consideram que a Frente Patriótica de Libertação Nacional é o movimento unitário capaz de orientar a luta do povo português no sentido do final derrubamento do fascismo.

3. Os signatários declaram que emvidarão todos os esforços para que o apoio atrás referido tome as formas activas que as circunstâncias aconselharem, de acordo com as directivas da F.P.L.N.

4. Os signatários, finalmente, saudam no colectivo da Junta Revolucionária Portuguesa, todos os militantes da Frente Patriótica de Libertação Nacional, tanto os que se encontram nas prisões, como os que lutam na nossa Pátria, como ainda os emigrados, onde quer que se encontrem.

Assinaram:
Pelo Centro Republicano Português: eng. Antonio Ricca Gonçalves, capitão João Sarmiento Pimentel, capitão Francisco Sarmiento Pimentel, José Rodrigues Portela, Lenine de Jesus Alexandre, Alfredo Masson, Joaquim Quitério, Helder Costa, Antonio Bidarra Fonseca. Pelo nosso jornal subscreveram a mensagem de apoio os nossos companheiros Augusto Araújo, Joaquim Barradas de Carvalho, Miguel Urbano Rodrigues e Victor Ramos.

Varela Gomes ao Tribunal Fascista:

Este Banco dos Réus Sempre Ocupado é a Prova de que os Portugueses não se Submetem

Publicamos abaixo alguns extractos das declarações feitas pelo capitão João Varela Gomes perante o Tribunal fascista que o condenou a seis anos de prisão em julho passado. A posição do nosso jornal em face das problemas suscitados pelo ataque ao quartel de Beja já foi definida e desnecessário se torna voltar ao assunto. Mas o facto de não pensarmos que o caminho para a derrubada do fascismo seja aquele que tomaram os patriotas chefiados pelo capitão Varela Gomes não nos impede de nenhum modo de render homenagem ao heroísmo e ao patriotismo de um homem que é por todos os motivos digno da solidariedade e do respeito de todos os democratas portugueses. Ao publicarmos alguns extractos das suas declarações perante a "justiça" fascista, fazemo-lo na esperança de que a dramaticidade comovedora do proprio depoimento contribua para avolumar a solidariedade ao seu autor — um patriota que após 30 meses de incomunicabilidade mantém intactos o senso da dignidade e o espirito de luta.

"Creio, até pelas responsabilidades que assumi neste julgamento, caber-me deixar esclarecido sem margem para equívocos, qual a finalidade que se propunha com a acção revolucionária de 1 de janeiro de 1962; que era o derrubamento do governo de ditadura fascista que há quase quatro décadas de anos ocupa, oprime e explora o País, como inimigo em território conquistado e a sua substituição por outro livremente eleito, depois de restaurados os direitos e garantias que a própria constituição vigente consigna. E, para tal, para esse objectivo limitado e imediato não era — como é evidente — nem é, necessário alterar a constituição; o que era e é imperioso é torná-la efectiva.

Sabemos, porém, todos nós, por dura e prolongada experiência, que o desprezo pela lei constitui a real matriz dos sistemas totalitários, tais como o Estado Novo. Foi-me dado ver de perto, quando da minha intervenção na campanha eleitoral de 1961 a que manobras de baixo teor recorrem o maquinismo estatal e os seus assessores, para transformarem em fraude e escárnio o acto solene pelo qual os povos afirmam a sua maturidade.

De facto, levei até à última fronteira da legalidade o meu protesto, pouco me tendo surpreendido ver confirmada a inutilidade de uma oposição leal, a peito descoberto. Nunca um governo desta espécie policial e predatória abandonou o poder a não ser expulso pela força. A sua palavra de ordem é bem conhecida e comum a todos os fascismos: — é o "tenez" de Charles Maurras. Para se "aguentarem" a tudo lançam mão, não hesitando, e quando sentem perto o fim, intentam arrastar na sua queda a própria Nação. Assim se vão vendendo em leilão de falência, base e privilégios e outras parcelas do património colectivo (como precisamente sucede em Beja com a base Alemã); se estabelecem convénios secretos para a intervenção de tropas estrangeiras como as que existem com a Espanha e a África do Sul. Ora a nossa história de 1580 recorda-nos a que extremidade pode ainda ir uma obstinação cega quando incitada por camarilha de avidez insaciável.

Pois apesar de dominado pelas mais sombrias apreensões quanto às consequências da orientação que estava a ser imprimida aos destinos de Portugal não ultrapassei a fase de revolta latente; foi o desastre de Goa, com a sua evidência demonstrativa, que me decidiu, certo como estava de ir ao encontro do mais profundo e veemente anseio do povo português.

Os militares de carreira que aqui respondem pela acção revolucionária de Beja, fazem-no por centenas de camaradas de todas as patentes que conosco partilhavam iguais ansiedades. Fazemos apenas uma vanguarda que, com orgulho o digo, não fraquejou na hora da decisão. Se a repercussão da acção desencadeada não deu lugar a sermos seguidos, deve-se isso atribuir mais ao concurso das circunstâncias adversas que à falta ou fraqueza de alguém implicado. Aqui o declaro, para que conste.

Como em todos os movimentos genuinamente patrióticos não houve então uma conspiração na acepção clássica do termo; o que houve e o que é característico, foi a conclusão de correntes vindas das mais diversas linhas de inquietação. Cívicos ou militares, burgueses ou populares, rurais ou urbanos, todos fazemos uma Pátria e estamos juntos desde o fundo da história nas revoltas que talharam a fisionomia actual do mundo civilizado: — aqueles que a marcha do tempo reclama e com que se constrói a dignidade da condição humana.

ESPANCAMENTOS E TORTURAS

Deu ocasião este julgamento a recaptularem-se as torpezas habitualmente cometidas pela policia politica



Capitão Varela Gomes

do Estado Novo, ela só por si justificando uma atitude de desaprovação de um Povo.

Nada tendo chegado ao conhecimento do grande publico — pois como sempre — foi interposta a cortina mistificadora da Censura — aqui se denunciaram as torturas e espancamentos, os rigores do segredo e condições celulares, os insultos e violências de toda a ordem que às mãos da PIDE sofreram os réus, incluindo os camaradas oficiais que foram caluniados na sua honra, humilhados na sua condição que eram — e são — a condição e a honra do Exército.

Em todos os sectores da sociedade portuguesa se encontra hoje em dia, homoteticamente reproduzido esse antagonismo — de que as Forças Armadas oferecem apenas o exemplo — que dilacera o corpo e a alma da Nação: — de um lado a grande massa vivendo na ignorância ou na apatia, na transigência ou no comodismo, no desespero ou na revolta; do outro um pequeno grupo, "a elite" — como os próprios traduzem o termo "gang" — que maneja as armas da mentira, do terror, da corrupção, convertem Portugal num imenso campo de devastação moral onde feneca a sua personalidade e a altivez do carácter.

No quadro assim creado — que é igual em todo o lado onde se firmou a desgraça fascista — a rebelião não é apenas legítima, é um dever sagrado, é a prova da vitalidade e nobreza de um Povo e nunca houve lutas que mais dignificassem os seres humanos e mais revigorassem o sentimento pátrio. Só a completa erradicação da ideologia fascista poderá pôr fim à alienação em que vive imersa a consciência nacional; e só então poderá terminar o esforço pertinaz que aos democratas portugueses tem exigido este longo combate contra as trevas, esta árdua campanha de libertação nacional.

Mas se a caminhada tem sido penosa, se numerosas têm sido as baixas e pesados os sacrificios, algo de extremamente precioso se conquistou para cada um de nós e para a colectividade: — uma nova fraternidade que foi forjada na luta comum travada sem tibiezas nem renúncias. Ela é a indispensável pedra angular, sobre a qual se alicerçará o Portugal de amanhã, o Portugal Democrático, o Portugal Libertação, de que todos os sinais prenunciam o alvorecer.

SAUDAÇÃO AOS COMPANHEIROS DE LUTA

E é esse laço fraterno que me fica unindo a vocês, meus companheiros em Beja na madrugada do primeiro

dia de 63 e que através de trinta meses de prisão aqui trouxeram uma inalterável fé e o inquebrantável ânimo que nos liga a todos que em Portugal não temem e que aqui ergueram uma voz firme e não ambigua: — amigos testemunhas, amigos patronos; que nos irmana aos que resistem, lutam e sofrem, e continuam indomados; que nos faz chorar como irmãos muito queridos os nossos companheiros Vilar e Abreu e todas as outras heróicas vítimas destes trinta e três anos de repressão impiedosa.

E se na primeira linha da resistência tem sempre havido representantes de todos os quadrantes doutrinários, é justo destacar os comunistas portugueses pela sua indefectível presença e avultado quinhão de sofrimento. O que faço, à vontade, pois nem a P.I.D.E. com todo o fanatismo inquisitorial me conseguiu vestir esse seu sambenito.

Se, na realidade, não guardei o estrito silêncio que pensei optar como atitude de recusa da autoridade deste tribunal, deveu-se à intenção de reivindicar as responsabilidades que me pertencem e, principalmente, o não desejar fornecer pretexto para o prolongamento dos trinta meses de prisão preventiva a que já foram submetidos os réus, muitos dos quais com pouca ou nenhuma participação na acção revolucionária de Beja.

Duma idêntica coacção moral e psicológica estou sendo objecto desde que fui preso — e portanto a ela estive sujeito durante a fase instrutória do processo — não só com a detenção de minha mulher durante deztoito meses (que apenas obedeceu a esse miserável propósito) mas também sendo vítima das mais riquintadas técnicas de humilhação e desequilíbrio mental e volitivo que a PIDE aprendeu na Alemanha nazi com a Gestapo e, recentemente aperfeiçoou com os seus instrutores do FBI.

E é com esse mesmo intuito que tenho sido mantido durante estes trinta meses em excepcionais condições de confinamento celular — únicas mesmo pela sua duração em todo o mundo moderno — numa clara tentativa de destruição da personalidade, que acabará por se consumir porque a resistência humana tem limites e eu sinto avizinhar-se o ponto de rutura. Aliás, um primeiro objectivo foi atingido, que foi o de me trazerem psiquicamente diminuído a este Tribunal. Ora, trata-se de um crime, de um crime contra os direitos fundamentais da pessoa humana, conforme consta da declaração de Princípios, universalmente aceites e subscritos até pelo actual governo; subscritos, mas hipocritamente, porque um governo deste calibre só tem moralidade para uso externo.

E quero ainda chamar a atenção para as represálias e violências que, com toda a probabilidade, vão sofrer os Réus que aqui tiveram a coragem de denunciar os processos da PIDE — novas torturas, espancamentos, períodos de segredo e castigo, perseguições a familiares, tudo isso e muito mais está nas tradições dessa agência do fascismo.

E é este governo de ódio, vingança e crime que em trinta e dois anos de exercício de poder discricionário, não decretou uma única amnistia, não esboçou o mais singelo gesto de clemência, que se quer fazer passar por tolerante e cristão.

Ah, mas nisso falhou rotundamente. O tempo gravou-lhe a visceral maldade na máscara fisionómica do seu chefe, o Dr. Salazar. Ai sómente se lê: orgulho satânico; rancor a toda a nobreza de sentimentos; aversão ao Povo onde nasceu e que renegou; e a deferência atávica pela riqueza. Pode aliás dizer-se, que continua à escala nacional a profissão paterna: "Feitor dos ricos".

DERRUBAMENTO DO FASCISMO: OBJECTIVO N.º 1

Não, não fomos nós, que acabamos por ser aqui julgados. Tudo o que aqui se ouviu e ficou evidenciado, representa a radical condenação do regime salazarista, cuja essencial ruína reside nas construções das consciências e no aviltamento dos valores morais.

É, porém, este banco dos Réus permanentemente ocupado, a prova cabal de que os portugueses não se submetem e que neste "grande cemitério" sob a lua a podridão não destruiu as mais puras fontes da vida nacional, aquelas que precisamente garantem o renascimento da liberdade em Portugal.

Deste lugar, por excelência o refúgio da honra em Portugal, eu creio ter adquirido o direito de novamente significar aos Portugueses que os caminhos do futuro, os caminhos da reabilitação, exigem, como angustiosa procedência, a remoção do obstáculo, por si degradante, que é o Fascismo de Salazar.

Todos os problemas que afligem a Nação, quer sejam os do Ultramar ou da economia, os educativos ou de reestruturação social e, soberanamente, os do Direito e Moralidade Pública, todos sem excepção, só poderão encontrar o princípio da solução com o desaparecimento deste nefasto governo e do iniquo regime político que ele consubstancia. Não entender assim é não compreender nem sentir Portugal em si próprio e como parcela do mundo contemporâneo.

Ao abandonar esta barra o meu mais fervoroso voto, o meu apelo, é que quanto antes, outros triunfos onde nós fomos vencidos, para salvação da nossa Pátria bem-amada".

A Juventude Mundial Contra Salazar

Em Budapeste reuniu-se em julho o comité executivo da Frente Mundial da Juventude Democrática para tratar de problemas relacionados com o desenvolvimento da unidade, da solidariedade e da cooperação do movimento internacional da juventude na luta pela paz, a independência nacional, as liberdades democráticas e um futuro melhor.

Durante os trabalhos, em que participaram representantes de 43 nações, a situação criada pelo combate da juventude portuguesa contra o regime fascista de Salazar, bem como a luta dos povos oprimidos pelo colonialismo português foram objecto da atenção dos participantes da reunião, tendo ambos os temas sido largamente discutidos. A posição da FMJD sobre essas questões foi reafirmada, encontrando-se expressa em duas resoluções.

RESOLUÇÃO SOBRE PORTUGAL

É do seguinte teor a resolução sobre Portugal:

"O Comité Executivo da FMJD, reunido de 10 a 14 de julho em Budapeste, SAUDA

A valente juventude das cidades e dos campos de Portugal que luta com os seus maiores contra a feroz ditadura fascista de Salazar.

Os jovens das cidades mostram-se cada vez mais activos no esforço de unir todas as correntes amantes da democracia e da paz. No passado 1.º de maio um numero muito considerável de jovens participou de todas as manifestações populares, especialmente em Lisboa. Os estudantes das cidades universitárias trabalham activamente pela conquista dos seus direitos democráticos. A juventude, na sua imensa maioria, levanta-se contra as guerras coloniais de Salazar em Angola e nas demais colónias portuguesas. Cada vez são mais numerosos os soldados e oficiais que se negam a participar dessas repugnantes guerras.

As detenções e as torturas não desanimam os democratas e os patriotas portugueses. Mais do que nunca, impõe-se a solidariedade ao povo e à juventude de Portugal.

O Comité Executivo renova o seu apelo em prol de uma solidariedade particularmente activa aos presos da tristemente célebre fortaleza de Peniche que correm o risco de serem deportados com os elementos condenados no processo de Beja. O Comité Executivo reafirma o seu apoio à campanha mundial pela Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses".

RESOLUÇÃO SOBRE AS COLÓNIAS

Publicamos abaixo o texto da resolução sobre as colónias portuguesas. "Após uma análise do depressivo balanço de cinco séculos de presença portuguesa em África,

CONSIDERANDO

o injustificado domínio de Portugal sobre territórios africanos, paradoxalmente erigidos em "Províncias Ultramarinas e partes integrantes da Nação Portuguesa";

que Portugal, submetido à ditadura fascista de Salazar, é também um país subdesenvolvido e dependente, e que a sua presença em África apenas se

mantem graças ao apoio dos imperialistas da NATO (França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha Federal) que lhes fornecem navios e armas e treinam as suas forças de repressão; que o colonialismo português, ao explorar e oprimir os povos, constitui ele proprio uma máscara, sob a qual as potências imperialistas procedem à exploração dos povos e ao roubo das riquezas dos países que se acham sob o seu domínio;

a guerra criminoso de genocídio e de extermínio colectivo levada a cabo pelo colonialismo português em África;

que depois de cinco séculos de colonização, de tratamento deshumano, de trabalho forçado, de verdadeira escravidão e ante a teimosia dos colonialistas portugueses de querer perpetuar a exploração dos povos sob o seu domínio, os patriotas de Angola, da Guiné dita portuguesa, de Moçambique, e de São Tome e Príncipe, empreenderam uma luta heróica para libertar os seus países do jugo colonial; os importantes êxitos obtidos pelos povos desses países a caminho da sua inevitável vitória,

o Comité Executivo da Federação da Juventude Democrática, reunido em Budapeste no dia 10 a 14 de julho de 1964,

DENUNCIA

o colonialismo português, como um sistema retrógrado e abjecto e condena a guerra de genocídio que leva a cabo em África;

REAFIRMA

o direito indiscutível dos povos de Angola, da Guiné, de Cabo Verde, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe à independência imediata, incondicional e total;

DENUNCIA

a cumplicidade das potências da NATO na repressão combinada dos povos sob domínio português;

REAFIRMA

a sua incondicional solidariedade para com a juventude e os povos sob domínio português;

APOIA

a proposta da manifestação do comício realizado em 24 de abril, em Bamako, no sentido de se criar no próximo Foro Mundial um Comité Internacional de Solidariedade à juventude e aos povos sob domínio português;

APOIA

as decisões da Conferencia de Adis Abeba no sentido de se fortalecer a solidariedade africana em prol da libertação dos territorios africanos que ainda se encontram sob domínio estrangeiro.

A Nova Fase da Luta

Por absoluta falta de espaço só no proximo numero poderemos publicar a ultima parte do artigo "A nova fase da luta", da autoria do nosso companheiro Joaquim Lopes Mendes.

Pela amnistia e contra a repressão

Segundo as últimas informações recebidas de Portugal, o governo fascista não desistiu ainda da ideia de enviar para os Açores os patriotas transferidos de Peniche para Caxias. A PIDE aguardaria apenas um momento mais favorável para abrir ali um campo de concentração, uma vez que no momento, devido à vigilância da opinião pública internacional, Salazar teme a campanha de protestos que um tal gesto provocaria.

Entretanto, o estado de saúde de alguns presos continua a piorar por falta de assistência médica. Além de Pires Jorge, encontram-se enfermos, com maior ou menor gravidade, Antonio Dias Lourenço, Carlos Costa, Manuel Guedes, Aboim Ingles, Afonso Gregório, José Vitoriano e Matilde Bento.

Em Peniche, o clima de violências mantém-se fortes com o apoio recebido do governo, tanto o diretor da Fortaleza como o chefe dos guardas — os famigerados Manuel da Encarnação Falcão e V. Ramos — intensificaram os maus tratos e vexames infligidos aos presos. **NOVO CRIME DA PIDE**

A PIDE acaba de enriquecer o seu monstruoso historial de crimes com nova façanha: levou ao suicídio o pai de Maria da Piedade Gomes dos Santos.

Libertada em 17 de Setembro, na sequência de uma campanha internacional verdadeiramente comovedora, aquela patriota escolheu o caminho da luta, desaparecendo da vila da Marinha Grande, onde a PIDE lhe fixara residência. Logo que tomou conhecimento do facto, a Polícia apresentou-se em casa do pai, João Salgueiro Gomes, exigindo que declarasse onde se encontrava Maria da Piedade. Não se limitou, porém, a PIDE a simples ameaças. Pretendeu também receber imediatamente os 70 mil escudos da caução que o Tribunal arbitrara pela liberdade condicional. E foi logo advertindo o seu desesperado interlocutor de que ou a filha aparecia ou ele era preso...

Maria da Piedade, trilhando os caminhos da luta, não podia evidentemente apresentar-se. A PIDE tomou então a sua conta o velhote e apesar da sua avançada idade — mais de 70 anos — passou a submetê-lo a interrogatórios ininterruptos. João Salgueiro Gomes não resistiu ao clima de tortura moral e física. No dia 18 de Outubro pôs termo à existência.

A indignação na Marinha Grande atingiu proporções que alarmaram as autoridades. Apesar das ameaças da GNR, a população em peso compareceu ao funeral, numa manifestação impressionante de solidariedade a todas as vítimas da PIDE e, particularmente, a Maria da Piedade filha da vítima e heroína do povo português.

Testemunhas de Jeová Torturadas

A congregação religiosa das Testemunhas de Jeová desencadeou através da imprensa que edita em dezenas de países uma campanha de denúncia das perseguições e violências de que vêm sendo alvo em Portugal os seus fiéis. Várias embaixadas de Portugal na América e na Europa receberam já milhares de cartas de protesto contra a intolerância fanática das autoridades portuguesas e a revista "Desperta!" (edição brasileira), órgão das Testemunhas de Jeová vol-

ta ao assunto em seu numero de 8 de Novembro respondendo a uma carta explicativa do embaixador de Salazar em Washington. Por se tratar de documento esclarecedor sobre a "política religiosa" de Salazar, transcrevemos a seguir dessa resposta o depoimento de uma das vítimas das perseguições registradas, Maria Emilia Soares da Costa.

"No dia 12 de Maio de 1964, recebi a visita de um polícia em trajes civis. Disse-me que me apresentasse ao chefe de polícia de Castelo Branco, Joaquim Dias. Quando cheguei à esquadra, às 16 horas do mesmo dia, outro irmão, Tomas Gil, já estava ali, tendo também sido intimado a comparecer. Fomos conduzidos à sala de espera e recebidos por um homem que presumi tratar-se do chefe de polícia. Ele perguntou: "São estes os Jeovás? Quando lhe disseram que éramos, gritou com voz bem alta para que todos pudessem ouvir: "Não têm vergonha de si mesmos? Pensam que a polícia está dormindo? Sabem o que aconteceu a Anibal Pires? (Um irmão que estava em Castelo Branco e que perdeu o emprego devido à pressão policial sobre seu empregador e teve que sair da cidade para procurar outro emprego). Sabem o que aconteceu ao "Irmão" Nascimento? (Morador de Castelo Branco que também se viu obrigado a partir de lá, devido à pressão policial). A senhorita terá até o fim do mês para partir da cidade de Castelo Branco. Antes de viajar, venha até aqui e diga-nos para onde vai. A senhorita não poderá permanecer aqui nem sequer um dia a mais. Se não for embora, não lhe daremos nem um momento sequer de paz. Todos os seus movimentos serão observados e então será presa. Está ouvindo?"

"Fui então mandada embora e o outro irmão foi conduzido à sala do chefe e foi-lhe dito, de forma mais educada, que não poderíamos ter reuniões, nem sair de casa em casa, e que não importa para onde fôssemos, Covilha, Fundão, etc. (pequenas aldeias, a cerca de trinta a cinquenta quilómetros, que estão na mesma província) seríamos presos".

Não se trata de uma perseguição isolada. "Desperta!" refere ainda os seguintes casos:

Em Vila Nova de Gaia, em 13 de maio de 1964, o Coronel Santos Junior, comandante da Polícia de Segurança Pública do Porto, e António Gomes da Silva, membro da mesma polícia, entraram no Salão do Reino em Vila Nova de Gaia. A reunião terminara e a maioria das testemunhas de Jeová tinham ido embora. A polícia fez várias perguntas e confiscou pequena quantidade de publicações que conseguiu achar, inclusive diversas Bíblias. O ministro presidente, Joaquim Pereira, foi intimado a comparecer à delegacia local no dia seguinte. Ele fez isto e foi interrogado por mais de uma hora a respeito das atividades das testemunhas de Jeová.

No dia 27 do mesmo mês, assim que terminava a Escola do Ministério Teocrático, oito policiais entraram no Salão do Reino e exigiram todas as publicações que "falavam de Jeová", inclusive Bíblias. Levaram então os três membros da comissão congregacional à prisão de Aljube, da Polícia de Segurança Pública. Estas três testemunhas de Jeová foram detidas nesta prisão até dois dias depois, o dia 29, quando foram transferidas para a prisão da Polícia Internacional. As três permaneceram presas até dia 0, quando foram novamente interrogadas e finalmente autuadas sob a acusação de realizarem "uma reunião criminosa e ilegal". Cada uma foi obrigada a pagar 650\$ (cerca de Cr\$ 8.000,00) e foram todas soltas, aguardando julgamento.

Operações "STOP"

As chamadas "Operações Stop", novo processo de terror psicológico inventado pela PIDE e que consiste em parar as estradas os automobilistas para demorada verificação de documentos de identidade, alcançam proporções cada vez maiores. No período compreendido entre 19 de Julho e 14 de Agosto foram detidos nas estradas por 840 policiais nada menos de 28.043 veículos tendo sido realizadas seis prisões.

Na Inglaterra

O British Committee for Portuguese Amnesty continua a desenvolver intensa actividade na denuncia das actividades repressivas do fascismo português. O folheto "Portugal Women in Prison" obteve grande reper-

cussão. Entre os jornais britânicos que lhe dedicaram referências contam-se o "Observer", o "Tribune", o "Daily Worker", o "Western Mail" e o "Peace News". Na Dinamarca, na Holanda e em vários países da Commonwealth, despertou também o interesse da opinião pública, como se depreende das dezenas de pedidos de exemplares recebidos pelo BCPA.

Estudantes das Universidades de Oxford, Edinburgo e Bristol dirigiram-se também ao BCPA, prontificando-se a distribuir entre os seus colegas material de informação sobre Portugal e particularmente sobre a repressão. Os estudantes de Bristol pretendiam ainda que um orador do BCPA interviesse em comício que tinham em preparação.

O secretário do Comité recebeu igualmente convite para falar numa manifestação de trabalhadores da área sudoeste de Londres.

A adopção de presos políticos por parte de entidades britânicas prossegue. No seu ultimo numero (Outubro-Novembro) o "Portuguese eand Colonial Bulletin" transcreve excertos de uma carta enviada por um preso à secção do Partido Trabalhista que o adoptou.

5 de Outubro...

(Continuação da pág. 2)

e o Mundo contará com o povo português para a defesa da sua integridade!"

Em seguida, o representante da "Central de Trabalhadores" afirmou: "A Central de Trabalhadores não podia estar ausente deste magnifico acto de afirmação combativa dos portugueses que, apesar de 38 anos de opressão, continuam resistindo a ela firmemente, mesmo fora do seu país. A "Central de Trabalhadores" vê com profunda admiração estas valentes mulheres portuguesas que não param um momento sequer na sua luta constante para libertarem os seus companheiros que jazem nas masmorras de Salazar. Nós, os trabalhadores do Uruguai, sempre temos estado e estaremos ao lado da "União de Mulheres Portuguesas" e de "Portugal em Sud America", porque a sua atitude de defesa permanente do seu povo inspira-nos o maior respeito e consideração. Como trabalhadores, sentimo-nos totalmente identificados com a luta do povo português. Temos a certeza de que em breve este povo será livre, porque na vanguarda da sua luta estão os operários, os estudantes e as mulheres".

Por seu lado, a "União Feminina do Uruguai" e a "Federação dos Estudantes Universitários" confirmaram, uma vez mais, o seu apoio à luta dos portugueses anti-salazaristas.

O acto terminou com um "vinho de honra" e no meio do maior entusiasmo. Esta foi mais uma derrota no Uruguai do governo de Salazar!

Memorial à ONU...

(Continuação da 1.ª pag.)

ARGENTINA
Pelos *Democratas Portuguesas da Argentina*: Prof. Aniceto Monteiro e José de Jesus Pina.
ESTADOS UNIDOS
Pelos *Democratas Portugueses dos Estados Unidos*: Francisco Aleixo, Servio Melo, Ana Melo e Margarida Aleixo.
CANADA
Pela *Portuguese Canadian Democratic Association*: Guilherme Antunes dos Santos, Leonel Silva, José Godinho, Joaquim Alves, Rogério Alves, António Pereira, Julio Ricardo Felix, Antonio Larginho, Antonio Gregório, Alberto Dias, José Perdigão, Joaquim Antonio Pereira, Raimundo Barata, Miguel dos Santos, João Fernandes, Casimiro Lopes Graça, Bernardino Correia, Miguel Faustino, Francisco Banza, Antonio Banza, José Narciso Santos, Jeronimo Nunes, João Machado, Manuel Rodrigues, Joaquim Rodrigues e Telmo Vilarinho.
Pelos *Democratas Portugueses de Montreal*: Amélia dos Santos, Amélia dos Santos, Moisés da Silva Dimas, José das Neves Rodrigues, Deolinda Pereira Távora, Claude Moreira, Américo Mateus, António Martins Cadete, Waldemar Alvim, Custódio Carusca de Souza, Maria Helena de Souza, Julio Silva e Maria Isabel Cadete.
VENEZUELA
Pela *Junta Patriótica Portuguesa*: Francisco d O. Manarte, António G. da Silva, Rubem de Sousa e Victor Silva.

Estudantes...

(Continuação da pág. 4)

dicando as maneiras como a opinião pública mundial podia actuar para apresentar o regime de Salazar, (campanhas de imprensa, assistência aos presos políticos, etc.).

A despeito da opinião mundial se voltar contra o regime existente em Portugal, o dr. Salazar continua a privar os portugueses dos seus direitos constitucionais e humanos.

MOTINS DO PRIMEIRO DE MAIO E JULGAMENTOS POR ATIVIDADES SUBVERSIVAS

Para evitar a sua participação nas celebrações do 1.º de Maio, em abril último, a Polícia política portuguesa prendeu centenas de trabalhadores agrícolas e industriais, principalmente nos centros industriais do Barreiro, Cailhas e Almada. No 1.º de maio, em resposta a panfletos de protestos e a um pedido do Partido Comunista para demonstrações anti-Salazar, os manifestantes reuniram-se na Praça do Terreiro do Paço, em frente ao mar, e subiram a avenida da Liberdade. A Polícia de Segurança Pública (PSP) usou bombas de gás e água com anilina diluída para dispersar os manifestantes. Já à noite a polícia abriu fogo sobre um grupo de manifestantes que apedrejavam as janelas do jornal conservador *Diário de Notícias* matando um manifestante. Uma investigação revelou que o morto era um tipógrafo Agostinho da Silva Fineza, que estivera preso duas vezes como membro do partido ilegal Comunista Português e por tomar parte em atividades subversivas. Relatórios não oficiais dizem que morreu mais de um manifestante e muitos foram feridos e presos nos distúrbios que alteraram os transportes em Lisboa durante mais de quatro horas. Um dia depois, por razões ignoradas, membros da Legião Portuguesa de Salazar alvejaram a tiro e mataram Lucilla da Costa Lourenço em Benfica, um bairro de Lisboa.

A 27 de abril, três homens, António de Azevedo Pontes, Carlos Baptista e Borges Coutinho, receberam sentenças de prisão de 20 dias a três meses por "crimes políticos" durante a eleição presidencial de 1958.

Dois semanas mais tarde no Tribunal da Boa Hora sete ferroviários do Barreiro foram considerados culpados de atividades subversivas e receberam sentenças suspensas de 15 a 17 meses de prisão e perda de direitos políticos durante cinco anos. Os condenados foram acusados de ser membros do Partido Comunista Português, recebendo e distribuindo propaganda do partido e instigando colegas de trabalho a tomar parte na organização.

Continuando a luta contra a emigração clandestina, um tribunal de Lisboa começou a 6 de fevereiro o julgamento de 103 pessoas que abandonaram ilegalmente o país e falsificaram documentos. Dos 103 réus, no entanto só 19 estavam presentes, tendo o restantes conseguido alcançar a França, e a Venezuela. O mesmo tribunal à 14 de fevereiro, sentenciou seis pessoas de Coimbra, Tondela e Viseu com 14 a 18 meses de prisão mais a perda de direitos políticos por cinco anos por "atividades comunistas". Todas as sentenças de prisão, excepto uma, foram suspensas. A 24 de fevereiro, um tribunal de Lisboa sentenciou três estudantes de 12 a 18 meses de prisão mais a perda de direitos civis por cinco anos por "atividades comunistas".

SITUAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Como este é um relatório suplementar não dará todos os detalhes e ambiente da situação da universidade. Para isso os relatórios RIC apresentados a 9 e 10 devem ser consultados. No entanto, alguns factos básicos são aqui citados para fins explicativos.

Portugal tem três universidades, Lisboa, Coimbra e Porto — todas instituições do Estado, financiadas e controladas pelo Estado. O Governo indica os reitores que são diretamente responsáveis pela ordem nas Universidades e perante o ministro da educação. Os estatutos da Universidade de 1930 afirmam que a administração da Universidade deve pertencer ao Reitor, ao Senado e a Assembleia Geral. Os estudantes devem ser representados no Senado nas práticas foram muitas vezes impedidos de participação. A Assembleia Geral raras vezes é convocada.

De acordo com o decreto Lei n.º 27003 de 14 de setembro de 1936, membros do corpo docente da Universidade tem de fazer o seguinte juramento de lealdade ao regime antes de assumir as suas funções: "Declaro por minha honra que sou membro leal

da ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933 e que me oponho activamente ao comunismo e a todas as ideias subversivas".

Em 1962 o regime exerceu um controle mais estrito sobre as universidades e foi publicado um Decreto Lei de acordo com o qual a administração disciplinar das três Universidades portuguesas foi arrancada das mãos das autoridades académicas. Qualquer estudante culpado de "insubordinação" pode ser agora imediatamente suspenso ou demitido da sua universidade.

A 22 de janeiro, 1963, pela primeira vez na história da Universidade os estudantes na Universidade de Lisboa celebraram o "Dia da Universidade de Lisboa". Paulo Cunha, Reitor da Universidade, organizou entre outros acontecimentos, uma festa para professores e alunos que "melhor haviam trabalhado". A 29 de janeiro, centenas de estudantes manifestaram-se num baile estudantil contra Cunha, que havia confiscado um panfleto que reiterava os pedidos dos estudantes durante as manifestações de 1962. Os estudantes também protestaram contra a prisão dos dirigentes estudantis, entre eles José Medeiros Ferreira, que era Secretário-Geral da RIA em Lisboa. Protestaram igualmente contra a proibição do Dia Internacional do Estudante a 24 de março. Devido à proibição repetida deste acontecimento pelo Governo em 1963 os estudantes de Lisboa decidiram não organizar o Dia do Estudante, mas apresentar um manifesto ao Presidente Américo Tomás em que se queixavam de que a proibição do Dia do Estudante era uma restrição muito dura das liberdades estudantis.

E através de todo o ano de 1963, os estudantes, principalmente os da Universidade de Lisboa, continuaram a lançar manifesto contra o Ministro da Educação. O *Lider Socialista* comunicou que o estudante angolano de engenharia, José Manuel Mendonça Bernardino, que havia sido preso em maio de 1963, acusado de militar no partido Comunista, de ser um dos principais líderes das manifestações de estudantes de 1962 e de organizar um levantamento contra o regime de Salazar foi condenado a 24 anos de prisão e a 15 anos de perda dos direitos políticos. Bernardino foi espancado várias vezes pela polícia durante o julgamento, quando tentou defender-se.

Patrick Hallman, um advogado de São Francisco, e Ronald Waterhouse que assistiram ao julgamento pelo Comité Britânico para a Amnistia dos Presos Políticos Portugueses, confirmaram este facto.

DIA DO ESTUDANTE

Pela terceira vez em anos consecutivos as autoridades da Universidade de Lisboa negaram permissão aos estudantes portugueses para organizar o seu Dia anual do Estudante em Março, 1963, já que consideravam este acontecimento "inspirado pelos comunistas".

Quando foi negada a autorização em 1962 ocorreram tumultos durante os quais milhares de estudantes enfurecidos enfrentaram a polícia. Muitos deles ficaram feridos e 1500 foram presos.

Numa demonstração de que as autoridades desejavam ser duras para com os estudantes, um tribunal de Lisboa confirmou em março de 64 uma suspensão de 30 meses de 25 alunos da universidade de Lisboa, acusados de terem liderado movimentos em 62. Apesar dessa atitude os estudantes enfrentaram a polícia no centro de Lisboa no dia 17 de março p.p. e cerca de 40 foram presos.

A principal exigência estudantil era o direito de formar associações nas faculdades onde estas não existiam: Medicina, Letras e Belas Artes. As autoridades não recusaram a sua autorização mas demoraram a resposta um ano o que impacientou os estudantes. Outras reivindicações incluíam o direito de manter o Dia do Estudante e o de participar da administração do Centro dos Estudantes e da Cantina".

Obscurantismo Salazarista

Por absoluta falta de espaço, só no próximo numero poderemos continuar a publicação da série de artigos sobre o "Obscurantismo Salazarista", da autoria do nosso companheiro de redação Joaquim Barradas de Carvalho.

Leia

- "Missão em Portugal" de Alvaro Lins
- "Ibéria, Anistia, Revolução" de Jonas Negalha
- "Salazar Visto do Brasil"
- "Angola Através dos Textos"
- "Os Últimos Dias do Fascismo Português", de Maria Archer
- "Quando os Lobos Julgam", (a defesa de Aquilino Ribeiro)
- "Guerra em Angola" Mario Moutinho de Pádua
- "A Resistência em Portugal", crónicas de Dias Coelho, patriota assassinado pela Pide.

PEDIDOS A NOSSA REDAÇÃO

Colonialismo e Anti-Colonialismo

Moçambique

ENFIM, A REVOLUÇÃO

Como estranhar que o povo moçambicano se tenha, enfim, levantado em armas contra o colonialismo português do fascista Salazar? Na sua proclamação de 25 de Setembro, a FRELIMO, ao proclamar ao mundo o início da insurreição geral armada, declarou: "A luta armada que hoje anunciamos, tendo por objectivo a destruição do colonialismo português e do imperialismo, permitir-nos-á instaurar no nosso país uma nova ordem social popular. O povo moçambicano dará desse modo uma grande contribuição histórica para a libertação total do nosso continente e para o progresso da África e do mundo". A FRELIMO desmentiu, no entanto, a notícia, provida de Nova York, de que estaria já a pensar na constituição de um governo provisório no exílio.

AS PRIMEIRAS VITIMAS

Entretanto, as primeiras vítimas, contadas já por dezenas, caíram para sempre, do lado português. Isto não é novidade, é claro, Salazar, que se apresta a fazer como em Angola, substituindo-os que caem por novos soldados, arrancados às suas terras e às suas famílias. Um novo contingente de 800 soldados das três armas acaba, assim, de aportar a Moçambique, no "Quanza", com destino às bases militares do norte da colónia.

OUTRA VEZ VIEIRA MACHADO

Em face da geral condenação da sua política ultra-colonialista em Moçambique, como nas outras colónias portuguesas, como se comporta o governo de Salazar? Persistindo, pura e simplesmente, em todos os crimes habituais contra a economia e a liberdade dos moçambicanos. Qualquer atitude de tímida liberalização é rápida e severamente reprimida. Foi o caso, por exemplo, da recente demissão compulsória do eng.º Ario de Azevedo, natural da sordida cultura forçada do algodão, grupos mais comprometidos nos altos negócios coloniais, encabeçados pelo Banco Nacional Ultramarino. Claro que não é por acaso que o B.N.U. tomou essa atitude, pois ainda há pouco inaugurou em Lourenço Marques o novo edifício da sua filial, cujo custo atingiu a cifra de 200 milhões de escudos! E foi preciso muito descaramento para que o sr. Vieira Machado, pouco depois, tivesse, naquela cidade, criticado "as sumptuosidades da vida em Moçambique", ao mesmo tempo que se opunha à criação de outro banco na colónia (Banco Comercial de Moçambique), por a este serem adversos os interesses dos monopólios metropolitanos e internacionais a ele ligado...

DE QUEM SÃO AS COLÓNIAS

Também na colónia de Moçambique existem "razões" para Salazar e seus aliados internacionais se oporem pela força das armas à independência nacional do respectivo povo. Pouco antes do início da revolução nacional moçambicana, fora fundada uma indústria de pesca, pela grande sociedade INOS, dispondo de um capital inicial de 80 milhões de escudos. Por seu lado, a INOS é controlada pela "Anglo-American Corporation". Quasi ao mesmo tempo, o presidente da "Interamerican" declarou em Lourenço Marques que este trust norte-americano estava preparado para investir na colónia qualquer soma superior a um milhão de dólares. Foi a "Interamerican" que financiou a construção de uma ferrovia de 260 quilómetros, edifícios fabris da "Companhia de Celulose do Ultramar Português" e o Aeroporto "Craveiro Lopes", em Angola, estando já a financiar, em Moçambique, os trabalhos hidro-eléctricos do Alto Catumbela.

AMIGOS E INIMIGOS

Os amigos do povo moçambicano são, porém, em maior número e mais poderosos. Assim, por exemplo, Oscar Kambona, ministro dos negócios estrangeiros da Tanzânia (antigos

Tanganyika e Zanzibar), falando recentemente num meeting em Dar-Es Salaam, como presidente do "African Liberation Committee", declarou: "A resistência em Moçambique começou e nenhuma intimidação de Lisboa ou da NATO lhe porá termo". Nem Lisboa, nem a NATO — nem os Estados Unidos da América. Com efeito, o mesmo leader, pouco depois de ter feito a declaração anterior, viu-se na obrigação de comunicar ao secretário da Organização da Unidade Africana a descoberta de documentos altamente comprometedores para os EUA (embora por estes desmentida a veracidade da notícia...), segundo os quais estariam a ser preparados bombardeamentos de forças portuguesas, com o apoio norte-americano, a certas bases do território continental da Tanzânia. Até alguns dos aliados que parecem firmes, abandonarão Salazar, como será proximamente o caso do Malawi, pois alguns membros do seu governo estão a opor-se com crescente inergia à equívoca solidariedade com o governo português.

Angola

NEM SÓ OS SOLDADOS MORREM

As grandes vítimas da guerra, pelo lado português, são os soldados, na sua dupla qualidade de militares sem galões e de trabalhadores do campo ou da cidade que eram e, no fundo, continuam a ser. Mas também, além deles, morrem por vezes oficiais nesta guerra salazarista. Há poucas semanas, foi a vez do coronel de artilharia Freitas da Costa, do capitão Alberto Ferreira e do segundo tenente José Gonçalves, que viajavam num avião militar derrubado pelos nacionalistas.

FASCISTAS POR COACÇÃO

Como se as forças armadas e a PIDE não bastassem para espalharem o terror na colónia, foi criado, como se sabe, a "Organização de Voluntários para a Defesa Civil de Angola" (OPVDC). Agora, um decreto do governador geral acaba de tornar obrigatória a participação de todos os funcionários civis nos exercícios para-militares da odiada organização, sendo a desobediência punida com processo disciplinar.

MENTIRA E ESTUPIDEZ

Não obstante as declarações feitas já por Moisés Tchombé ao "Chicago Daily News" segundo as quais se mostra disposto a contrariar a acção das forças nacionalistas angolanas, a guerra prossegue, com o constante desgaste de vidas e de bens para os portugueses. De nada serve a propaganda dos salazaristas destinada a sossegar a opinião pública portuguesa. Eles mesmos estúpida e nervosamente se contradizem a cada passo, como sucedeu, por exemplo, num dos últimos comunicados das forças armadas, referente ao período de 21 a 28 de Outubro p.p., em que, afirmando-se por um lado que "a actividade dos terroristas foi muito reduzida", se assinalam depois nada menos de nove regiões em que naquele período se teriam desenrolado choques entre as tropas portuguesas e as nacionalistas: Banza, Bomba, Monte Gino, Luemba, Monte Cau, Mata Sanga, Cazungulo, Zala e Serra de Mucaba. Ainda no mesmo comunicado, mais uma vez as autoridades portuguesas reconheceram o domínio dos nacionalistas sobre zonas bem delimitadas do território angolano, ao dizerem que "as nossas forças mantêm-se na determinação de libertar as populações que se encontram sob a coacção dos bandoleiros". Por isso continuam a morrer soldados portugueses, anunciando ainda o citado comunicado o perecimento de mais 3 e graves ferimentos em 10...

Guiné

Os boletins informativos das forças armadas expedicionadas na Guiné parecem decalcados dos referentes à guerra em Angola, pois neles se encontram as mesmas expressões: *bandoleiros*, *actividade REDUZIDA* dos nacionalistas, etc., etc. Tão reduzida tem sido a actividade dos guineenses, que no boletim que se reporta ao período de 18 a 24 de Outubro são assinaladas oito regiões como nelas tendo havido lugar a choques entre as forças em presença: Binar, Bula, Oio, Cai, Bururim, Jabadá, Flaque e Amede. Só no mesmo boletim são comunicadas as mortes de mais quatro soldados portugueses.

Ainda a Viagem do Papa à Índia

ROMA (Do Correspondente) — Toda a imprensa italiana vem dedicando largo espaço ao noticiário sobre as reacções do governo fascista português à anunciada viagem do Papa à Índia. O "Messaggero", em cronica do seu correspondente em Lisboa, salientou ironicamente logo no início dos acontecimentos que o "cristianismo. Portugal se encontrava no limiar de uma grave crise politico-religiosa... O articulista, depois de referir a ordem enviada pela censura aos jornais proibindo a publicação de um eventual comunicado do episcopado português, lembra que os católicos reagiram "com incredulidade e ressentimento" às declarações do ministro Franco Nogueira definindo a viagem de Paulo VI como "ofensa inútil e injusta".

O mesmo jornal noticia igualmente a acção da censura, opondo-se à publicação de editoriais das "Novidades" da revista "Flama" e informa que, segundo fontes fidedignas, o cardeal Cerejeira, "intimo amigo de Salazar, teria intervenido junto do Pontífice". Sem éxito, evidentemente... Quanto ao Nuncio Apostólico, estaria sendo chamado a todo o momento pelo ditador.

"Il Popolo", órgão da Democracia Cristã, ocupa-se também largamente do caso, chamando a atenção para o crescente antagonismo que opõe o episcopado português a Salazar devido à posição assumida por este. O seu correspondente em Lisboa, no final de um relato pormenorizado conclui: "Notícias deste genero não se comentam: mas iluminam bem um regime que pretende apresentar-se como católico".

Finalmente, o "Avanti", em comentário de Arrigo Reppetto, intitulado "Salazar não nasceu ontem", analisa o significado da posição assumida pelo governo português, integrando-a na linha geral de acção do fascismo salazarista. Depois de aludir à emoção e indignação causadas nos meios católicos italianos em face dos ataques dirigidos a Paulo VI, estranha, entretanto, que os mesmos sentimentos não tenham sido manifestados com identica força semanas antes, quando "um pobre paroco rural, o sacerdote português Damiano Bastos foi preso pela policia politica de Salazar e três vitimas inocentes foram abatidas a tiro de metralhadora por terem tentado impedi-lo e quando toda uma povoação, Lourosa, na região do Porto, fora cercada pela mesma razão".

"Ninguém é claro — escreve — pode por em dúvida a genuína e profunda comoção de quantos consideram a figura do pontífice acima das pobres coisas mundanas, quanto mais não fosse pela sua indiscutida autoridade e personalidade, mas se é verdade que a catolicidade é uma só, mãe e irmã, deveriamos ser levados a crer que a sorte de um pobre cura rural pudesse interessar pelo menos tanto quanto uma ofensa dirigida à pessoa do Chefe da Igreja, ou, senão o destino de um cura rural, o dos católicos e não católicos portugueses, presos e torturados por Salazar, o do clero negro segregado nas ilhas, e o do bispo do Porto no exílio".

"Em trinta anos de regime — conclui — por mais estenuo "defensor do catolicismo e da cristandade", por mais "fraterno amigo" que fosse do cardeal Cerejeira, Salazar não renunciou jamais aos seus ambiciosos desígnios, à sua "cruzada" africana de escravismo e genocídio. Para que deveria, pois, hoje, um ministro seu ter o cuidado de pensar as palavras?"

Salazar na Imprensa...

(Continuação da pag. 4)

crianças que deixam a escola depois dos quatro anos obrigatórios? Sem duvida para muitos o fator social refreia a ambição para uma educação mais avançada. Todos os anos cerca de 30.000 jovens procuram emprego em vão.

Com o tempo, muitos jovens tentam emigrar mesmo que seja para a África portuguesa, onde o trabalho branco é de mais valia. Dos milhares que procuram um apoio além mar, 95% nunca regressam. Cerca de 15.000 vão anualmente para o Brasil, mas os brasileiros estão a preferir agora os especializados. Este ano 30.000 portugueses foram absorvidos pela Alemanha Ocidental sob contrato e na França os trabalhadores portugueses estão a tomar o lugar dos argelinos.

Por mopia no seu estado corporativo, Portugal agora encontra-se na posição de exportar trabalho no momento em que tenta expandir a sua economia e encontra dificuldades numa percentagem cada vez menor de homens semi-especializados.

(In "Guardian", Manchester, 23/X/64).

PEQUENAS NOTÍCIAS

Os governos fascistas de Portugal e Espanha decidiram tornar a aliança Franco-Salazar extensiva ao terreno da televisão. Notícias de recente acordo, a Radiotelevisão espanhola e a Televisão portuguesa comprometeram-se a trocar um mínimo de doze programas por mês.

Obedecendo a instruções do Governo, a imprensa portuguesa mudou o tom que vinha adotando em face da Grã-Bretanha de amistoso para ofensivo... Não ousam os pasquins salazaristas atacar frontalmente o novo governo britânico, mas as alfinetadas contra a administração trabalhista são constantes.

O Japão, ultimo chegado ao festim das riquezas de Portugal, vendidas a granel pelo fascismo, não perdeu tempo. Para negociar investimentos do seu país esteve em Lisboa, acompanhado de numerosa delegação, o presidente do Banco Mitsui, ligado aos mais poderosos monopólios nipónicos.

Um grupo monopolista sueco foi autorizado a instalar uma fábrica de celulose em Praia da Leirosa, proximo da Figueira da Foz.

A "American Foundymet's" recebeu do governo de Salazar facilidades para se instalar em Portugal. Nesse sentido, o presidente da empresa visitou Lisboa onde manteve numerosos contactos com várias industrias.

A mais recente "iniciativa" germano-occidental é o financiamento da chamada "cidade-satélite" de Beja, que se destina aos militares da Bundeswehr, mas que é apresentada oficialmente como presente oferecido por Bonn ao povo português. Alguns dos mais importantes grupos financeiros alemães estão interessados no plano cujo custo será integralmente pago por Portugal.

O financista britânico Cameron Mekie, ligado à British United Airways, esteve em Lisboa, a pedir facilidades para os seus negócios no setor turístico. Ao regressar a Inglaterra declarou-se encantado com a acolhida das autoridades portuguesas, afirmando que Portugal é um paraíso para os capitalistas estrangeiros.

O ano agrícola anuncia-se calamitoso. Segundo as previsões do Instituto Nacional de Estatística, de Lisboa, a colheita de trigo será inferior em 23% à do ano passado, a de centeio em 39% a de grão em 20%, a de vinho em 20%. A febre aftosa lavra em todo o Norte do País e a produção de fruta é das mais baixas dos ultimos anos.

Grande exportador de azeite durante séculos, Portugal não dispõe agora de produção suficiente para o consumo interno. Salazar acaba de importar de Espanha dez mil toneladas. Consequências da politica agricola do fascismo...

Uma noticia que se reveste de oportuno simbolismo é a inauguração de uma nova carreira marítima entre Angola e a União Sul-Africana pelo navio mercante "Audientia"... da Republica Federal Alemã.

Foi dado grande destaque, na imprensa salazarista, à visita feita a Portugal pelo ministro da Agricultura da Republica Federal Alemã, dr. Verner Schwarz, que permaneceu no nosso país de 28 de Outubro até ao 1.º de Novembro. Passeatas, jantarradas, muitos discursos — e, no fim de tudo, a afirmação do ministro alemão de que pudera verificar "a boa aplicação dos financiamentos alemães". Foi uma afirmação tranquilizante para os fascistas portugueses e, por outro lado, uma declaração feita "em confiança", pois não consta que o governo português tenha levado o ministro à colónia ensanguentada de Angola...

Quatro padres da arquidiocese de Evora foram interrogados pela PIDE devido à sua campanha de esclarecimento sobre a decisão de Paulo VI de visitar a Índia. São acusados de violarem o silencio decretado sobre o assunto pelo Governo...

Vai ser construído um oleoduto que leve o petroleo de Angola para o Sudoeste Africano. A União Sul Africana financiará o empreendimento.

Mais dois ministros da Rodésia do Sul visitaram Lisboa: o dos Transportes e o da Industria.

A Ilha Açoreana das Flores principiou já a ser entregue aos franceses. As obras previstas pelo acordo recentemente assinado com Paris vão durar 15 meses.

O sr. Adriano Moreira confessou há dias em Lisboa que mais de dois milhões de portugueses vivem no estrangeiro. Em outras palavras: um português em cada cinco teve de se expatriar para sobreviver.

A entrega do país aos monopólios estrangeiros prossegue: a "Leylands" vai instalar uma fábrica de caminhões em Coimbra.

O Congresso das Comunidades Portuguesas no Mundo é a última promoção publicitária do fascismo português. O organizador é o ex-ministro do Ultramar Adriano Moreira.

A revista "Awake" de Toronto, Canadá, criticou em seu numero de agosto, as perseguições que sofrem em Portugal os adeptos da seita religiosa das testemunhas de Jeová. Um grupo de brasileiros daquela religião ao tomar conhecimento desses factos dirigiu um protesto ao embaixador de Portugal, no Rio de Janeiro, estranhando que tais perseguições se verificassem num país cujo governo se diz cristão.

Portugal e a União Sul Africana assinaram novo acordo de cooperação economica, quando o sr. Hilgard Miller, ministro das Relações Exteriores do governo de Pretória esteve em Lisboa em visita oficial.

Franco e Americo Tomás encontraram-se em Aldeavilla, no dia 17 de outubro, para festejarem com banquete e discursos a inauguração de um aproveitamento hidroelectrico no Douro internacional.

Foram nomeados director e sub-director do jornal "A Tribuna", de Lourenço Marques, dois conhecidos fascistas: Alvaro Novarro Soeiro e Antonio Maria Zorro.

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL
RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel. 43-0202
REPRESENTANTES
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real Sa Torre, 819 - 1.º
CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67

LONDRINA: Julio Duarte — Edificio Centro Comercial — Apto. 141

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores, 26 — Rio Grande do Sul

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — R. Grande do Sul
SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, n.º 1 — Edificio Sulacap, 215 — Salvador (Bahia)

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratistas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkensstraat - 13 — Amsterdam - C

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 827 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Úrada — Jindiská, 15 — Schránká 646 — Praha

REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo.

EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas
sábados: das 15 às 19 horas

Numero avulso: Cr\$ 50,00
Assinatura anual Cr\$ 1.500,00
Ass. p/o Exterior: US\$ 15,00
Ano IX - N.º 89 - Dezemb. - 64

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Apêlo de Democratas Portugueses à Comissão dos Direitos do Homem

As organizações democráticas portuguesas em funcionamento em vários países americanos dirigiram no passado dia 1 de Dezembro ao presidente da Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas a seguinte exposição-apêlo:

"Em mais de uma oportunidade os signatários têm-se dirigido a essa Comissão para denunciar a violação sistemática dos direitos do homem por parte do Governo Português. Esmagado por um regime discriminatório que para sobreviver usa como arma o terror policial, não se acha o povo português em condições de levar o seu protesto contra esse estado de coisas aos organismos internacionais. Esse o motivo pelo qual nos sentimos no dever de vir novamente junto de V. Exa. para comunicar as notícias alarmantes que nos chegam do nosso País. A Polícia política continua a assaltar domicílios e, sem qualquer autorização judicial expressa, passa buscas, detém transeuntes, efetua rusgas nos cafés e casas de espetáculos, paralisa a circulação nas estradas para verificar a identidade de todos os automobilistas.

O tratamento infligido aos presos políticos viola os mais elementares princípios de humanidade; os espancamentos são comuns em quase todas as cadeias e frequentes a supressão de visitas e de correspondência durante semanas; a certos presos gravemente doentes como Pires Jorge, Dias Lourenço, Carlos Costa, Manuel Guedes, Aboim Inglês, Afonso Gregório, José Vitoriano e Matilde Bento é recusada inclusive a assistência médica de que necessitam. Em Abril p.p. uma comissão de juristas de várias nacionalidades que visitou Portugal a fim de elaborar um informe para a Associação Internacional dos Juristas Democráticos teve, aliás, ensejo de verificar — antes de todos os seus membros haverem sido expulsos pelas autoridades — até que ponto é angustiosa a situação reinante no que se refere à violação dos direitos humanos e das liberdades públicas. Uma das conclusões do relatório posteriormente publicado foi a de que "o chamado regime das medidas de segurança constitui a mais bárbara e flagrante violação dos direitos humanos que se pode imaginar". Cabe salientar que não se trata de um depoimento isolado. A mesma opinião de que a legislação penal portuguesa é incontestavelmente do tipo fascista chegaram dezenas de eminentes juristas europeus e americanos, entre os quais *maitre* Roland Weyl que, depois de assistir a um "juízo" no Tribunal Plenário de Lisboa, escreveu ao presidente daquela corte declarando-lhe que "nunca tinha visto um tribunal em que os réus fossem a tal ponto impedidos de se defender e onde os próprios advogados fossem de tal maneira ameaçados". Ultimamente, a

Polícia política vem espancando com frequência presos na própria sala do tribunal, como sucedeu aos estudantes José Bernardino e Jorge Araujo.



José Bernardino, um dos presos políticos que a PIDE espancou na própria sala do tribunal.

Só a vigilância constante da opinião pública internacional tem impedido que o Governo Português leve ainda mais longe a institucionalização do terror policial. Há cerca de ano e meio uma grande campanha internacional forçou as autoridades portuguesas a desistir da reabertura do

Campo de Concentração do Tarrafal, nas Ilhas de Cabo Verde, quando todos os preparativos estavam terminados. Entretanto, segundo as últimas informações, preparam-se agora essas mesmas autoridades para criar nos Açores um novo campo para o qual seriam enviados, em primeira leva, os presos políticos recentemente transferidos da Fortaleza de Peniche para a de Casias. Nada menos de doze democratas estão ameaçados: Joaquim Pires Jorge, Fernando Blanqui Teixeira, Octávio Rodrigues Pato, Americo de Souza, Guilherme de Carvalho, Carlos Costa, Carlos Aboim Inglês, José Magro, Orlando Lindim Ramos, Julio Martins, Alberto Vilaça e João Honrado.

Esse projecto monstruoso causou indignação em Portugal. Ao chamarem uma vez mais a atenção de V. Exa. para a constante violação dos direitos do homem a que se entregam as autoridades de Lisboa, as organizações democráticas portuguesas da América, abaixo discriminadas, manifestam muito especialmente a esperança de que a Comissão dos Direitos do Homem, a que V. Exa. preside, promova as diligências necessárias para que, vinte anos após o encerramento dos últimos campos de extermínio nazistas, não retome o Governo português nos Açores os mesmos processos, em desafio aberto à consciência universal".

O documento foi assinado, em nome das várias organizações, pelos democratas portugueses que subscreveram o memorial enviado à ONU e que publicaremos em outro lugar.

O Massacre de Lourosa

PORTO (Do correspondente). — O massacre de Lourosa revoltou profundamente a opinião pública nacional. Apesar das precauções tomadas pela censura e da colaboração que lhe prestaram os principais jornais, o País acabou por tomar conhecimento da versão verdadeira dos acontecimentos. Sabe-se agora que o prior transferido, padre Damião Bastos, vinha há muito despertando a hostilidade do governo, pois fora um dos sacerdotes que se permitira apoiar ostensivamente o bispo do Porto, D. Antonio Ferreira Gomes, quando aquele prelado tornou pública a sua celebre carta a Salazar. Fora justamente em razão da sua acção social em benefício da população, arrostado com a hostilidade das autoridades, que o padre Damião Bastos conquistara a simpatia e o apreço dos habitantes da Lourosa. Assim, quando um novo paroco, designado pelo bispado do Porto, chegou à aldeia, o povo revoltou-se, impedindo a sua posse. Por outro lado, desafiando abertamente as instruções dadas à GNR para impor o cumprimento da medida, grupos de fiéis passaram a montar piquetes em frente da residência do padre Damião, para impedir a sua saída da terra. Aquele sacerdote, doente e comovido com a manifestação de apreço popular, prometeu que ficaria até se restabelecer.

Não esteve, porém, pelos ajustes a GNR. Agindo com a brutalidade típica da corporação, os guardas tiraram o padre à força de casa, arrastando-o literalmente para um "jeep". Essa cena de violência fez explodir a colera da multidão que a presenciava. O povo avançou sobre os esbirros para libertar o padre, principiando então o tiroteio. Quando as metralhadoras se calaram, jaziam por terra nada menos de 18 pessoas, três das quais mortas. O facto de uma das vítimas ser uma criança mostra bem a

selvageria com que se comportaram os mercenários da GNR.

Quanto ao padre Damião foi preso e entregue à PIDE...

As cautelas tomadas pelo governo no plano interno de nada lhe valeram. A notícia do que se passara correu pelo País como um rastilho. E as agências internacionais transmitiram-na para o estrangeiro, onde o novo crime do fascismo português causou viva indignação.

A DUQUESA MARIA PIA TELEGRAFA A SALAZAR

Além do "Le Monde", que deu particular relevo ao caso, foram numerosos os jornais da França, do Brasil e da Itália que se referiram ao massacre da Lourosa, comentando-o.

Entre as muitas personalidades que dirigiram protestos ao governo português figura a duquesa Maria Pia de Bragança. Logo que soube dos fatos, enviou a Salazar o seguinte telegrama:

"Com profunda preocupação tomou conhecimento crescente clima opressão que enche de tragédia tantos lares portugueses stop recente massacre mulheres crianças manifestando pacificamente compreensível solidariedade seu paroco reverendo Damião Bastos constitui nova violência cometida por forças repressivas dependentes governo de vossa excelência stop minha consciência católica amor povo português impõem me pedir-vos mais uma vez condenação metodos terror denunciar opinião pública mundial exigindo sejam respeitados sagrados direitos humanos nossos compatriotas e severamente julgados responsáveis tais crimes stop para bem Nação e povo martirizado queira vossa excelência hoje responsável perante Portugal ouvir bondoso a voz do coração magoado da filha de Dom Carlos".

Ultima Hora

A FRELIMO ANUNCIA NOVAS VITÓRIAS EM MOÇAMBIQUE

A Frente de Libertação de Moçambique anuncia novas e importantes vitórias alcançadas sobre os colonialistas portugueses em comunicado do seu Comité Central dado à publicidade em 18 de Novembro pelo bureau de Argel do movimento.

Transcrevemos abaixo a parte essencial desse documento:

"No dia 24 de Outubro os militantes da FRELIMO que operam no distrito da Zambezia, após haverem obtido informações precisas sobre as actividades inimigas na zona de Tacuane levaram a cabo as seguintes operações:

a) ataque contra o posto administrativo de Tacuane, em Lugela, destruindo o posto e matando dois soldados portugueses que o ocupavam.

b) ataque contra a prisão, libertando 40 patriotas que aí se encontravam presos há muito.

c) após os ataques contra o posto administrativo e a prisão, os nossos militantes penetraram num edificio onde se achavam aparelhos de telecomunicações e destruíram-nos.

Do nosso lado não houve mortos ou feridos.

No dia 23 de Outubro, no distrito do Niassa, os nossos militantes mataram seis soldados portugueses sem sofrerem qualquer baixa. Paralelamente à luta armada as populações realizam com exito actos de sabotagem com o fim de desmoralizar as forças inimigas e de enfraquecer a economia colonial. Assim, em Nampula, no dia 3 de Outubro os patriotas queimaram dois vagões do caminho de ferro repletos de mercadorias. No dia 23 provocaram um choque de duas composições, fazendo saltar um vagão-cisterna de *gasoil*. No dia 25 queimaram dois vagões de algodão pertencentes à Sociedade Algodoeira do Niassa. O valor do algodão era superior a 1000 contos. No dia 18 de outubro, em

Vila Pery, os nossos compatriotas fizeram descarrilar um comboio de 23 vagões com carros destinados à Rodésia. Em Antonio Enes, no dia 3 de Outubro, os patriotas incendiaram nos arredores da cidade um estabelecimento pertencente aos herdeiros de Manuel Agostinho, os prejuizos foram avaliados em cerca de 200 contos".

Como os nossos leitores podem verificar a situação em Moçambique é de guerra generalizada em todo o Norte da colonia. Pode Salazar proclamar aos quatro ventos que em Moçambique reinam "a ordem e a paz". A Frelimo desmente esse quadro idílico com numeros e datas. E contra factos não há argumentos.

Jornal da Beira Suspenso por Dizer a Verdade

Lourenço-Marques (Do correspondente) — Por ordem directamente recebida do Ministro da Defesa, o governador geral de Moçambique suspendeu por três dias o "Diário de Moçambique", principal periodico da cidade da Beira.

No dia 19 de Novembro aquele jornal noticiara que uma força militar portuguesa caíra numa emboscada no Norte de Moçambique sofrendo várias baixas. A mesma local acrescentava que o motorista de uma ambu-

lancia fóra morto por uma rajada de metralhadora dos guerrilheiros nacionalistas.

Quando as agências telegráficas transmitiram a notícia para Lisboa, as autoridades militares apressaram-se a desmenti-la, embora, a mais de 10.000 quilómetros de distancia não tivessem quaisquer informações sobre os acontecimentos. A versão do "Diário de Moçambique" foi considerada totalmente falsa e substituída, dias depois, por outra, segundo a qual houve apenas um soldado morto durante a perseguição a um "bando de terroristas" na região de Sumussa, proximo da fronteira de Tanzania. Posteriormente foi tomada a decisão de suspender por três dias o jornal que se permitira a ousadia de dizer a verdade.

Nesta capital, o episódio contribuiu apenas para aumentar o alarme entre os colonos brancos. Os proprios elementos ligados ao fascismo são os primeiros a reconhecer que o desmentido do Ministerio da Defesa é altamente intranquilizador. O simples facto de as autoridades admitirem que se travam combates na fronteira de Tanzania vem deitar por terra as teses da propaganda oficial.

Imprensa Democrática

A "PORTUGUESE CANADIAN DEMOCRATIC ASSOCIATION", que agrupa os portugueses democratas de Toronto (Canadá), publica, desde o passado mês, um boletim informativo destinado aos numerosos portugueses que ali encontraram as condições de trabalho e vida decente com que não puderam contar na nossa Pátria. O novo órgão da Oposição portuguesa exprime a sua adesão à Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN).



Imagem do trabalho escravo em Moçambique: um grupo de "contratados" do Gremio de Produtores de Cereais de Vila Pery. Idade: entre 10 e 15 anos!

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Cons. Furtado, 191. — SP, Brasil
Endereços de Assinantes